

COMO O BÁLTICO FOI RECONQUISTADO SEGUNDO A HISTORIOGRAFIA SOVIÉTICA

How the Baltic was reconquered according to Soviet historiography

*Moisés Wagner Franciscon¹
Gelise Cristine Ponce Martins²*

RESUMO

Por meio de levantamento bibliográfico e da análise das fontes, escritas por soviéticos e publicadas na URSS para consumo interno ou externo, bem como por editoras estrangeiras, apresenta-se a versão que os pesquisadores, militares e políticos da URSS construíram ao longo de décadas sobre a Questão do Báltico e a reconquista de suas três repúblicas para a União Soviética ocorrida durante a Segunda Guerra Mundial. Em vez de um todo coeso, cristalizado e repetitivo, como seria de se esperar de uma propaganda centralmente produzida, encontra-se um cenário fragmentado, com diferentes autores citando diferentes fenômenos como prioritários para o desenlace do processo, com a existência de algumas contradições secundárias.

Palavras-chave: Segunda Guerra Mundial; Estados Bálticos; União Soviética; Historiografia.

ABSTRACT

Through a bibliographical survey and analysis of sources written by Soviets and published in the USSR for domestic or foreign consumption, as well as by foreign publishers, this article presents the version that researchers, military personnel and politicians from the USSR constructed over decades about the Baltic Question and the reconquest of its three republics for the Soviet Union during the Second World War. Instead of

1 Pós-doutor e doutor pelo PPGHIS da UFPR. Professor SEED-PR. E-mail: mw.franciscon@hotmail.com.

2 Doutora pelo PPH da UEM. Professora SEED-PR. E-mail: gelise.ponce@yahoo.com.br.

a cohesive, crystallized and repetitive whole, as would be expected from centrally produced propaganda, we find a fragmented scenario, with different authors citing different phenomena as priorities for the outcome of the process, with the existence of some secondary contradictions.

Palavras-chave: Second World War; Baltic States; Soviet Union; Historiography.

Introdução

Após a Segunda Guerra Mundial os diferentes vencedores iniciaram o processo de produção de suas versões oficiais do conflito. Havia material que precisava ser suprimido, silenciado ou com uma leitura forçosa para se criar uma mitologia aprazível, que apagava os conflitos, as vacilações, tudo o que poderia ser considerado reprovável no pós-guerra. No clima da nova Guerra Fria, tais erros de conduta eram lançados entre os ex-aliados. O Ocidente procurava exibir uma URSS sempre expansionista e agressiva, com a invasão de territórios fronteiriços em conluio com Hitler. A URSS, por seu turno, focava as tratativas entre nazistas e regimes liberais para que ambos atacassem a URSS, e como o que é apresentado como ataque e conquista pelo Ocidente, tratar-se-ia apenas da reunificação de povos unidos pela história e pelo amor ao sistema soviético, mas separados pela contrarrevolução e ações armadas violentas apoiadas pelos mesmos antigos aliados. No caso soviético, o aparelho de censura impunha limites ao que poderia ser dito e pesquisado. Demandas precisavam ser cumpridas, já que o financiador e promotor do lançamento de livros era o Estado. Muitas dessas obras eram concebidas exatamente para a publicação e divulgação no Ocidente, como resposta às invectivas de sua historiografia. No Ocidente, o que recebia atenção eram construções que reforçavam sua própria versão que vilificava a URSS.

Para trazer a versão oficial soviética, foi utilizada a revisão bibliográfica dos principais livros sobre a Questão do Báltico, bem como a análise e a comparação das diferentes versões em cada autor. Para essas duas últimas, foi empregada a análise textual (CARDOSO; VAINFAS, 2011), a análise do discurso (MAINGUENEAU, 2015; CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004) e a técnica de leitura de mídia impressa de Chomsky (1996). O levantamento bibliográfico expôs 27 livros, 26 deles produzidos

para consumo externo, para propaganda além das fronteiras soviéticas. Apenas o primeiro grande livro de uma história oficial foi criado para os próprios soviéticos. E é o único registro em russo deste levantamento. 10 destes livros estão em português. São edições impressas diretamente em Moscou por meio de editoras voltadas para a produção de material de propaganda em outras línguas. Mas também são importantes registros históricos. Muitos dos quais são relatos de marechais sobre a guerra. E por isso também foram impressos por casas editoriais portuguesas e brasileiras. Algumas, de esquerda, como a Revan. Mas o próprio marechal Jukov teve suas memórias publicadas no Brasil pela Biblioteca do Exército brasileiro (JUKOV, 2015).

A crise do Báltico se insere numa história diplomática da Segunda Guerra, da mesma forma que a tentativa conjunta da Inglaterra e da URSS de influenciarem o reino da Iugoslávia o foi, até o fracasso dessa tentativa com a invasão nazista. Para o Kremlin, exibições de poderio militar eram interessantes. Mostrar o sucesso de suas armas como em Khalkhin Gol, em 20 de agosto de 1939, em que Jukov derrotou o até então invencível exército japonês, poderia manter inimigos temerosos e longe de suas fronteiras, enquanto o país se preparava para a guerra. Essa derrota fez com que o Japão não atacasse a URSS mesmo quando a vitória alemã parecia certa, no começo de novembro de 1941. Impôs a mesa de negociações e o Pacto de Não-Agressão com o Japão, ao qual se seguiu, três dias depois, o Pacto Ribbentrop-Molotov. Vitórias fáceis como no Leste da Polônia (ou Ucrânia e Bielorrússia Ocidentais) e na Bucovina do Norte e Bessarábia, alijavam os inimigos. Mas quase derrotas que demonstraram fraqueza, como na Guerra de Inverno com a Finlândia, os atiçavam, como na tentativa de envio de uma força expedicionária franco-britânica. Os ingleses já possuíam um histórico de intervenção naval no Báltico durante a Guerra Civil russa. Uma campanha militar difícil e longa poderia significar uma tragédia, com a união dos inimigos da URSS. O regime não poderia se dar ao luxo de perder. Apesar da queda da França pouco antes, a Inglaterra permanecia dona dos mares, capaz de atuar na área.

Os bálticos são uma população à parte, nem germânica e nem eslava, como os vizinhos. As identidades locais mudaram ao longo do tempo: povos identificáveis por sua língua e etnia acabaram absorvidos por outros bálticos ou mudaram suas identidades, como os prussianos, que se tornaram a quintessência da germanidade (DAVIES, 2016). Também chegaram a se identificar e a serem identificados por aspectos geográficos, como a península da Curlândia. Assim suas fronteiras e definições sempre foram volúveis. A região foi incorporada à Rússia ao longo do século XVIII. A região já havia dado governantes à Rússia, como Frederico Guilherme, duque da Curlândia,

marido da czarina Ana, que fora duquesa da Curlândia até sua ascensão ao trono de sua linhagem Romanov. O estabelecimento das três repúblicas bálticas se deu num quadro de intensa luta por diferentes interesses no caos das Revoluções de Fevereiro e Outubro de 1917. Os batalhões letões foram um dos maiores esteios do Exército Vermelho e a república da Estônia teria se tornado soviética não fosse a atuação da Marinha Real britânica (BEEVOR, 2024, p.347; 403). Como no resto da Rússia, suas populações foram cindidas em partidos rivais brancos e vermelhos e com a guerra civil. Os exércitos do general branco russo Iudénitch receberam o apoio (e, portanto, a intervenção) de unidades finlandesas, já sob controle de uma ditadura branca que derrotou aos vermelhos fineses ainda em 1918. Seu objetivo era a manutenção do Báltico num regime autoritário russo, czarista ou de ditadura militar, advindo tensões com os brancos nacionalistas locais, que desejavam a separação desde 1917. O kaiser alemão, que segundo o Tratado de Brest-Litovsk deveria ficar com a região, criou o Ducado Unido do Báltico e um exército local de descendentes germânicos, o *Baltische Landeswehr*. Com a derrota na Primeira Guerra, Weimar foi obrigada a abrir mão da região, mas esse exército local permaneceu, acrescido de *Freikorps* mercenários, e procurava integrar ou manter sob influência alemã toda a região (BEEVOR, 2024, p.404-408). A Marinha Real pretendia manter alemães, russos brancos, finlandeses brancos e tropas autóctones lutando juntas contra o Exército Vermelho, repatriar as tropas não-bálticas após o conflito e cercear seus objetivos de tornar a região alemã ou russa, sem envolver tropas terrestres inglesas. O Conselho Aliado em Paris já defendia a independência da região segundo linhas étnicas (BEEVOR, 2024, p.406-407), que marcaria o Tratado de Versalhes.

A historiografia oficial soviética não demonstrou flutuações de posições ao longo do tempo, e segundo as posições do regime. Não deixaram de existir. Stalin faz eco às sagradas fronteiras russas e a indivisibilidade de seus povos; é a voz do passado dos czares que se faz sentir. Alguns autores do período de Krushev elencam fatores políticos e de ideologia socialista, segundo a concepção da época da importância do Partido e de suas ideias e não dos líderes. Alguns dos anos 1980, após o início da Guerra do Afeganistão, mencionam elementos de uma missão internacionalista da URSS, como se proclamava durante a troca de poderes no país vizinho no natal de 1979 e a presença soviética para estabilizar o novo regime. No entanto, são mais visíveis mudanças segundo cada autor, num cenário fragmentado. Alguns ecoaram as ideias da Grande Rússia e de reunificação muito após Stalin e mesmo durante Krushev. Ideias que retornam com o recrudescimento do nacionalismo russo e grão-russo nos anos 1970. Era a noção da URSS como sucessora de todas as Rússias, de seus direitos e fronteiras: a Grande Rússia, a Pequena Rússia (ou Nova Rússia, a Ucrânia), a Rússia Branca e a Rússia Vermelha (a Polônia)

(FIGES, 2010). Outros mencionaram o perigo do nazismo e a necessidade urgente de uma ação preventiva para evitar o pior, que seria a conquista do Báltico pela aliança fascista, com Leningrado a poucos quilômetros de distância e a possibilidade de uma ação militar envolvente pelo Norte, uma grande pinça em direção ao centro da Rússia. Outros, no clima de Guerra Fria, acusaram e se preocuparam mais com as ações imperialistas na área, ou seja, dos futuros aliados Inglaterra, França e Estados Unidos, do que com os próprios nazistas que invadiram a URSS dentro de menos de um ano. Às vezes procuram construir uma linha gradual e legalista para a mudança de governo e reabsorção do Báltico à URSS. Às vezes preferem uma visão de rupturas e revoluções, com a derrubada dos regimes locais. A época em que escreveram isso não se pode resumir em etapas cronologicamente definidas. A *Istoria* não se constituiu em uma versão uniformizada, única, apesar de ser a grande versão oficial do processo, de ser a grande narrativa após a versão do próprio Stalin na coletânea de seus textos (STALIN, 1946). Nem ela mesma se manteve fiel a si em futuras reedições e resumos para publicação no estrangeiro, sofrendo importantes mudanças e subtrações. Alguns termos são reproduzidos entre os autores e as diversas edições da *Istoria*. É o caso do termo “derrocado” em várias fontes. Em outros eventos da guerra, como o da ocupação da Ucrânia e Bielorrússia Ocidentais da Polônia e o Levante de Varsóvia, alguns autores tendem a reproduzir material de suas fontes oficiais palavra por palavra. Apesar de algumas similaridades, o mesmo não ocorre no caso báltico. Mesmo a história oficial, contida na *Istoria Velikoi Otecestvennoi Voiny Soiuz* (História da Grande Guerra Patriótica), produzida em seis volumes entre 1960-1965, através dos governos de Nikita Krushev (1953-64) e de Leonid Brejnev (1964-82), não é reproduzida textualmente pelos demais autores. E estes muitas vezes preferem citar e expor outros fatores que não são os principais expostos na *Istoria* ou mesmo que estão fora dela.

Nas ocasiões em que a crise do Báltico é citada, e tratada para além de uma brevíssima citação, depara-se com um modelo para o golpe branco, numa substituição da guerra pela diplomacia e política. Golpes parlamentares não eram nenhuma novidade, e passariam a ser regras com a Guerra Fria, tanto na dissolução dos governos das Frentes Comuns no Leste Europeu, o que levou os partidos comunistas locais ao controle monopartidário ou pluripartidário sob a égide de Moscou, que já controlava militarmente tais territórios³, quanto naqueles promovidos pelos Estados Unidos, Inglaterra

3 Para Kenez (2021, p.196), a anexação do Báltico serviu de modelo para a sovietação dos países do Leste Europeu após a Segunda Guerra. No entanto, tal escola seria apenas parcial. Não se processou da mesma forma, como não o foi a da reanexação das repúblicas recém-proclamadas do Cáucaso ainda nos primórdios dos anos 1920.

e França no que consideravam seus próprios quintais, facilitados com a ebulição da parcela do mundo em processo de descolonização. A própria URSS possuía experiência em golpes híbridos, políticos em conjunto com invasões militares, durante a reunificação com as repúblicas do Cáucaso em 1920-21 (BEEVOR, 2014, p.518). Os autores soviéticos se dividem e em alguns casos parecem mudar de posição ao longo do texto, ora enfatizando a mudança de governo como promovida apenas por influências internas, quanto a presença de fatores que só podem ser explicados como ingerência externa soviética. Ou misturam ambas: o apoio soviético aos movimentos populares bálticos. As cenas de protagonismo de massas, de caos político e de vazio de poder são as mesmas.

Brest-Litovsk deu aos militares alemães a convicção de que venceram a Primeira Guerra, no Leste, e mereciam o que fora estipulado no tratado: o Báltico, a Bielorrússia e a Ucrânia (BEEVOR, 2024, p.189-190). Esta não foi a única motivação para a fixação nazista em ocupar o Leste. Se justificavam em termos históricos, com a presença e ocupação germânica da Ucrânia pelos godos durante e imediatamente antes da Crise do Século III em Roma. E também eram o alvo mais fácil, com menor densidade populacional, mais fértil e, portanto, mais apto ao programa nazista de assentamentos rurais e germanização em seu *Lebensraum*. Ou como os soviéticos reconheciam, como uma guerra colonial na própria Europa, no qual o capitalismo monopolista e imperialista conquistaria novos mercados.

A Istoriia Velikoi Otecestvennoi Voiny Soiuzu como fonte principal

Uma manipulação é afirmar que a região da cidade de Klaipéda, a antiga Memelburg ou Memel da Prússia, foi entregue de bom grado à Alemanha⁴. A cidade, de origem teutônica, foi ocupada pela França com o armistício de 1918. Existia uma disputa entre a Lituânia e a Polônia por sua

4 “De grande importância na situação internacional naquela época foi a firme determinação da Terra dos Soviéticos em defender as repúblicas bálticas da agressão. Em conexão com a tomada da região de Klaipéda da Lituânia pelos nazistas, o governo da URSS, em 28 de março de 1939, dirigiu-se aos governos da Estônia e da Letônia com declarações nas quais os alertava urgentemente sobre o perigo que pairava sobre os países bálticos”. “Em conexão com a tomada da Áustria e da Tchecoslováquia pelos nazistas, o Ministro das Relações Exteriores da Letônia, Munters, deu as boas-vindas publicamente à “grande Alemanha”. O governo da Lituânia burguesa anunciou que estava “voluntariamente” devolvendo Klaipéda à “Alemanha fraterna”” (POSPELOV, 1960, p.161; 251).

posse. A Lituânia ocupou-a antes, em 1923 (uma situação que lembra a do Fiume/Rijeka no Adriático, entre Itália e Iugoslávia). E foi apenas por um ultimato que em 22 de março de 1939, antes da divisão de esferas de influência entre a URSS e a Alemanha, que a Lituânia a entregou. Ter de ceder parte do seu território provocou a inclinação do Báltico diante da URSS e a assinatura dos pactos de defesa mútua. Algo que nenhum cronista soviético menciona. Tais mitos fundamentam a ideia de traição das ditaduras locais para com seus povos e a humanidade em geral⁵. Uma primeira menção da exigência do Kremlin do cumprimento de tratados se dá de maneira antecipada⁶. Estaria se referindo aos tratados de 1919, que estabeleceram a independência do Báltico em 1920 com a exigência da saída de tropas inimigas brancas? (BEEVOR, 2024, p.437), ou aos pactos de não-agressão de 1926? Apenas em seguida aparecem os acordos de ajuda mútua de 1939. Os autores lembram que existiam *casus belli* não apenas com a Polônia sobre Dantzig, mas também sobre a Ucrânia soviética, que fazia fronteira com a “Ucrânia Sub-Carpática” ou “Rutênia”, agora pertencentes ao estado fantoche da Eslováquia fascista sob controle nazi, além da conclusão da aliança italo-tedesca⁷, e tentativas

5 “A União Soviética continuou sua luta incansável e consistente contra a tomada dos países da Europa capitalista pela Alemanha, contra sua transformação em colônias do imperialismo alemão, pela independência nacional e pela liberdade dos povos. Como antes, a política da União Soviética era diametralmente oposta à política dos governos da Inglaterra, França e EUA, que estavam prontos para sacrificar muitos países aos invasores nazistas, apenas para encorajar a agressão e direcioná-la contra a URSS” (POSPELOV, 1960, p.161).

6 “Bem ciente dos métodos e formas usados pelos nazistas para seus propósitos agressivos, bem como da traição e venalidade das camarilhas dominantes da Estônia e da Letônia, o governo soviético alertou essas repúblicas contra a conclusão de acordos que pudessem, de uma forma ou de outra, infringir sua independência e autonomia, permitir a dominação política, econômica ou de outro tipo de um terceiro estado, ou conceder a ele quaisquer direitos e privilégios exclusivos em seu território. O governo soviético declarou que tais “acordos, ‘voluntários’ ou concluídos sob pressão externa” seriam considerados por ele como intoleráveis e incompatíveis com a letra e o espírito dos tratados e acordos concluídos entre a URSS e os governos da Estônia e da Letônia, e até mesmo como “uma violação desses acordos com todas as consequências decorrentes”. O governo soviético enfatizou que estava fazendo suas declarações com um espírito de boa vontade sincera e um desejo de fortalecer a confiança dos povos da Estônia e da Letônia na atitude amigável da União Soviética.”/“As declarações do governo da URSS foram recebidas com hostilidade pelos círculos reacionários na Estônia, Letônia e Lituânia. Essas declarações foram escondidas dos povos dos países bálticos. O texto original não foi apresentado nem na imprensa nem em discursos oficiais. Em vez disso, surgiram as mais absurdas e selvagens invenções sobre as intenções da União Soviética. Por exemplo, o enviado estoniano a Paris, Stradman, gabou-se num relatório aos seus superiores de ter interpretado a declaração do governo soviético ao Ministério dos Negócios Estrangeiros francês como uma manifestação do desejo de “invadir o território da Estônia sem o seu consentimento”/“No entanto, os círculos dirigentes da Estônia, Letônia e Lituânia, assim como os líderes hitleristas, entenderam que a declaração do governo soviético sobre a impossibilidade de “permanecer um espectador indiferente” enquanto tentativas eram feitas para destruir aberta ou secretamente a independência dos países bálticos não era uma frase vazia e que a União Soviética estava determinada a tomar medidas efetivas para impedir a agressão fascista contra as repúblicas bálticas” (POSPELOV, 1960, p.162).

7 “A determinação da URSS em proteger a paz e a segurança das nações teve uma certa influência restritiva sobre a Alemanha. Contrariando as expectativas dos círculos mais reacionários dos EUA, Inglaterra e França, ela não arriscou começar uma guerra contra a URSS na primavera de 1939. O governo alemão adiou seus planos e abandonou a questão da Ucrânia, que era tão

da Inglaterra de envolver a URSS em uma guerra. O que se daria por meio de complexas tentativas de acordos anti-nazistas, que nunca eram firmados e sempre lançariam sobre a URSS o ônus ou a maior parte dele de um conflito europeu⁸, ou que buscavam criar uma nova Munique, com a entrega de território polonês à Alemanha, que passaria a fazer fronteira direta com a URSS - um caldeirão difícil de lidar para o Kremlin.

A *Istoria* trabalha o conceito de guerra imperialista herdado de Lênin. Sobre sua importância, basta lembrar que a Primeira Guerra era chamada no país de Guerra Imperialista. Lançar a URSS numa guerra contra a Alemanha eliminaria o principal concorrente capitalista do Ocidente e salvaguardaria suas colônias⁹ - algumas delas arrancadas da Alemanha em

amplamente usada naquela época pelos provocadores da guerra. Os nazistas entregaram as áreas restantes da Ucrânia Transcarpática à Hungria. Isso significava que a Alemanha não estava disposta a “pagar a conta” emitida em Munique./Logo foi concluído o “Pacto de Aço” germano-italiano – uma aliança militar aberta, desprovida da cobertura anti-Comintern que os agressores tinham usado anteriormente, e dirigida não só e não tanto contra a União Soviética como contra as potências ocidentais” (POSPELOV, 1960, p.162).

8 “Em Londres, Washington e Paris, as ações da Alemanha causaram alarme. Chamberlain, como ele admitiu em seu diário, sentiu uma onda de raiva furiosa. Estava ficando claro que a política de Munique havia falhado, e o primeiro-ministro britânico considerou necessário encontrar meios mais eficazes de pressionar a Alemanha para direcionar sua agressão para o Leste. Se antes as potências ocidentais tentavam persuadir Hitler, fazendo uma concessão após a outra, agora decidiram intimidá-lo. Foi assim que nasceu a famosa política de “garantias” e a decisão dos governos da Inglaterra e da França de entrar em negociações com a União Soviética”/“Em 31 de março de 1939, Chamberlain anunciou na Câmara dos Comuns que o governo britânico havia assumido a garantia da independência da Polônia (mais tarde foi anunciado que forneceria “garantias” semelhantes à Grécia e à Romênia). Nas negociações anglo-polonesas subsequentes em Londres, foi decidido substituir a garantia unilateral inglesa por uma obrigação bilateral de assistência mútua. No entanto, a formalização dessas obrigações foi adiada por tempo indeterminado. O governo inglês só queria criar a aparência de estar organizando uma frente contra a Alemanha e estava pronto para entregar a Polónia a qualquer momento como pagamento por uma nova Munique. Em 1º de abril, o jornal oficial britânico *The Times* explicou abertamente que as obrigações da Inglaterra para com a Polónia “não obrigam a Grã-Bretanha a defender cada centímetro das fronteiras atuais da Polónia”. Como o historiador inglês Wheeler-Bennett corretamente aponta, este artigo tinha uma “terrível semelhança” com o artigo do *Times* de 7 de setembro de 1938, que propunha o desmembramento da Tchecoslováquia”/“Em 20 de maio de 1939, Halifax desenvolveu um projeto para a “solução” da questão de Danzig, que essencialmente equivalia a estabelecer o controle alemão sobre esta cidade, para o qual a Inglaterra, a França e a Alemanha, com a participação da Polónia, deveriam desenvolver uma nova constituição”/“A Inglaterra também realizou preparativos diplomáticos para esta versão de uma nova Munique. O embaixador britânico em Varsóvia, Cannard, tentou convencer os líderes poloneses de que “seria difícil para Ashley entrar em guerra com a Alemanha por causa de Danzig”” (POSPELOV, 1960, p.162-163).

9 “Assim, a decisão dos governos inglês e francês de entrar em negociações com a URSS foi mais um movimento em seu jogo duplo, uma continuação da mesma política de Munique em novas condições. As negociações tinham como objetivo demonstrar o isolamento da União Soviética diante da agressão fascista e, assim, levar a Alemanha a atacar a URSS. Ao ameaçar uma aliança com a URSS, os governos da Inglaterra e da França buscaram forçar a Alemanha a entrar em um acordo de longo alcance com eles que não infringisse os interesses dos monopólios britânicos e franceses nos mercados mundiais e garantisse o ataque da Alemanha à URSS”/“Ao mesmo tempo, a Inglaterra e a França esperavam impor obrigações à União Soviética, cujo cumprimento inevitavelmente a envolveria em uma guerra com a Alemanha na ausência de garantias confiáveis de assistência da Inglaterra e da França. Caso a Alemanha decidisse se deslocar para o oeste, os governos da Inglaterra e da França buscavam obter assistência da URSS” (POSPELOV,

Versalhes. Enquanto a postura da URSS seria honesta e aberta, os anglo-franceses utilizariam de perfídia nas negociações¹⁰. Como foi o caso da proposta inglesa: “a assistência à URSS deveria ser fornecida de uma forma que fosse considerada mais conveniente pelas partes interessadas” (POSPELOV, 1960, p.164). A contraproposta soviética, descrita pela *Istoriia* como bem-intencionada, previa o auxílio aos países da Europa Oriental contra o ataque nazista - ou seja, como um cinturão que protegia a própria URSS, mas que também a impossibilitava de ocupar outros países. Ambas as propostas eram interessadas. E nenhuma ainda previa um número de tropas e sua qualidade, no máximo, um prazo de validade para o acordo, como na oferta soviética. Ou seja, nada de efetivo, prático e, portanto, concreto¹¹.

Nesse momento a Questão Báltica entrou em cena. A URSS pedia proteção e passagem de suas tropas pelo seu território (bem como da Polônia e Romênia) para um contra-ataque em território alemão, com o qual a URSS não possuía fronteiras diretas, com exceção da Eslováquia. A Inglaterra e a França contemporizaram lembrando que esse direito de passagem poderia ser fornecido apenas pelos países interessados. A URSS os acusava de terem poder para os obrigar¹². Entre os temores do Báltico, Polônia e Romênia, os

1960, p.163).

10 “A União Soviética procurou concluir com a Inglaterra e a França um tratado que não seria um simples pedaço de papel, mas representaria um acordo efetivo de assistência mútua contra agressões, garantindo aos países da Europa Central e Oriental contra ataques e prevenindo as formas e a extensão da assistência imediata entre si contra qualquer agressão”/“Em 21 de março de 1939, o governo britânico propôs à União Soviética um projeto de declaração conjunta da URSS, Inglaterra, França e Polônia, que afirmava que se a paz e a segurança europeias fossem “afetadas por quaisquer ações que constituíssem uma ameaça à independência política de qualquer estado europeu, nossos respectivos governos se comprometem a consultar imediatamente sobre as medidas que deveriam ser tomadas para resistir conjuntamente a tais ações”/No dia seguinte, a União Soviética informou a Grã-Bretanha sobre seu acordo em assinar a declaração no texto proposto pelo lado britânico. Mas o governo Chamberlain não tinha nenhuma intenção séria de fazer tal declaração; sua proposta pretendia apenas atrair a União Soviética para negociações. Foi por isso que, em 1 de abril, informou o governo soviético que considerava “a questão da declaração definitivamente abandonada”” (POSPELOV, 1960, p.164).

11 “As propostas francesas de 25 de abril de 1939 incluíam dois pontos construídos de forma a criar a impressão de reciprocidade de obrigações. O primeiro ponto obrigava a União Soviética a fornecer assistência e apoio imediatos à Inglaterra e à França no caso de uma guerra com a Alemanha, e o segundo ponto obrigava a Inglaterra e a França a fornecer assistência à União Soviética se ela fosse envolvida em uma guerra com a Alemanha devido ao cumprimento de suas obrigações com a Inglaterra e a França. O projeto francês não previa a assistência desta última à União Soviética no caso de esta ser atacada pela Alemanha ou se encontrar em guerra com ela devido à prestação da sua assistência aos estados da Europa de Leste”/“Em um de seus memorandos regulares à França, em 22 de maio de 1939, o governo britânico escreveu: “Parece desejável concluir algum tipo de acordo sob o qual a União Soviética virá em nosso auxílio se fomos atacados pelo Leste, não apenas com o objetivo de forçar a Alemanha a travar uma guerra em duas frentes, mas também, talvez, pela razão... de que em caso de guerra é importante envolver a União Soviética nela”. Envolver a URSS numa guerra com a Alemanha a qualquer custo! - era nisso que se resumia toda a essência da política dos governos da Inglaterra, França e EUA” (POSPELOV, 1960, p.165-166).

12 “Numa tentativa de influenciar a posição da Inglaterra e da França para chegar a um acordo com elas, o governo soviético expressou sua opinião sobre quais condições eram necessárias

acordos por fim obtidos à revelia das democracias liberais levaram a perda de território por parte dos mesmos, apesar de toda a reação à tentativa de aliança com a URSS. A tentativa de uma aliança antinazista liga o problema da Polônia e o do Báltico ao Pacto Hitler-Stalin.

Essa proposta soviética foi respondida: “o governo britânico declarou que “não poderia concordar em impor uma garantia às potências que não quisessem recebê-la””. E segue: “o Subsecretário Parlamentar de Relações Exteriores Butler declarou em seu discurso na Câmara dos Comuns em 31 de julho de 1939 que a principal dessas divergências “é a questão de se devemos invadir a independência dos Estados Bálticos ou não””. Bem como a Polónia do regime *Sanacja* (POSPELOV, 1960, p.167). Os Estados Unidos teriam participado das falsas tratativas¹³, enquanto os generais soviéticos, como o chefe do Estado Maior, exigiam a permissão para o trânsito de tropas pelos pequenos países da Europa Oriental¹⁴.

Além de uma proposta para o “caso em que o principal agressor, usando os territórios da Finlândia, Estônia e Letônia, atacaria a URSS” (POSPELOV, 1960, p.172). As propostas soviéticas, como o governo polonês temia, previam a passagem de tropas por seu território, que poderiam não mais abandoná-lo. No entanto, a outra ameaça era a da guerra iminente com a

para criar uma barreira real de estados amantes da paz contra a implantação de forças antiterroistas na Europa. Essas condições eram as seguintes:”1. A conclusão entre a Inglaterra, a França e a URSS de um pacto eficaz de assistência mútua contra a agressão; 2. Garantia por parte destas três grandes potências dos estados da Europa Central e Oriental ameaçados de agressão, incluindo aqui também a Letônia, a Estônia e a Finlândia; 3. A conclusão de um acordo específico entre a Inglaterra, a França e a URSS sobre as formas e os montantes da assistência prestada entre si e aos estados garantidos, sem a qual (sem tal acordo) os pactos de assistência mútua correm o risco de ficar no ar, como demonstrou a experiência com a Tchecoslováquia.””“As próximas propostas anglo-francesas, desta vez conjuntas, transmitidas à União Soviética em 27 de maio de 1939, tiveram a vantagem de finalmente prever assistência inglesa e francesa à União Soviética, embora apenas no caso de um ataque direto da Alemanha. Entretanto, outras deficiências de projetos ingleses anteriores não foram eliminadas. Assim, as novas propostas não previam uma resposta conjunta a possíveis tentativas dos nazistas de se estabelecerem no Báltico, ou seja, nas imediações de Leningrado” contra a Bélgica, Grécia, Turquia, Romênia, Polónia, Letônia, Estônia, Finlândia (POSPELOV, 1960, p.166).

13 “Posteriormente, recebendo mensagens de seus embaixadores em Londres e Paris, Kennedy e Bullitt, o Departamento de Estado dos EUA os instruiu a usar todos os meios possíveis para encorajar os governos da Inglaterra e da França a interromper as negociações com a URSS. Seguindo essas instruções, Bullitt, por exemplo, aconselhou o embaixador britânico em Paris, Phipps, em 6 de junho de 1939, “a não se apressar em responder às últimas propostas soviéticas” e se manifestou decisivamente contra a Inglaterra e a França garantirem a segurança dos países bálticos” (POSPELOV, 1960, p.166).

14 “B. M. Shaposhnikov escreveu: “A participação da Polónia na guerra é considerada obrigatória” [...] Os governos da Inglaterra e da França devem obter da Polónia o compromisso com a passagem e as ações das Forças Armadas da URSS, terrestre e aérea, através do corredor de Vilnius e, se possível, através da Lituânia — até às fronteiras da Prússia Oriental e também, se as circunstâncias o exigirem, através da Galiza””, ““A participação da URSS na guerra só pode ocorrer quando a França e a Inglaterra concordarem com a Polónia e, se possível, com a Lituânia, bem como com a Romênia, sobre a passagem de nossas tropas e suas ações pelo corredor de Vilnius, pela Galícia e Romênia.”” (POSPELOV, 1960, p.169).

Alemanha nazista. A aceitação anglo-francesa e dos países da Europa Central e Oriental provavelmente teria bloqueado a ação nazista, confrontada com um paredão formado pelo resto da Europa e a dubialidade italiana. Além do mais, uma ação anfíbia assertiva franco-inglesa (ao menos até a fulminante queda da França) poderia impedir a ocupação soviética, como Churchill propôs durante a Guerra em sua ideia de desembarque na Grécia, e não na Normandia, cortando ou controlando o avanço soviético pelo Leste. Como alertaram os soviéticos, de fato o maior interesse anglo-francês era envolver nazistas e comunistas em uma guerra, e não a paz¹⁵. Como o próprio general francês Palas disse a Kliment Voroshilov em 23 de setembro de 1939, “Se tivéssemos chegado a um acordo com você”, acrescentou, “Hitler não teria feito nada” (POSPELOV, 1960, p.172).

O Báltico

Da mesma forma que o “governo polonês antipopular” (POSPELOV, 1960, p.170), o das repúblicas bálticas tendiam à “traição”¹⁶. Em junho de 1939 a Alemanha imporia seus pactos de não-agressão à Letônia e à Estônia. Os tratados de Assistência Mútua com a URSS seriam assinados apenas após a queda da Polônia, em setembro, com a Estônia, e em outubro com a Lituânia e a Letônia. Enquanto isso a Inglaterra faria o jogo nazista¹⁷, enquanto a

15 Nas palavras da Istória, “Essa posição das potências ocidentais mostrou que elas não eram motivadas pela intenção de ajudar a Polônia, mas pelo desejo de expor a União Soviética a um ataque alemão” (POSPELOV, 1960, p.170).

16 “As políticas dos governos da Estônia, Letônia e Lituânia diferiram pouco das políticas dos traidores poloneses. Em abril de 1939, em resposta ao apelo de Roosevelt a Hitler e Mussolini, no qual o presidente americano exigia que os ditadores fascistas declarassem que não tinham intenções agressivas em relação aos países europeus, a Alemanha se ofereceu para dar promessas de não agressão aos países que aderissem à sua política. Assim, os diplomatas fascistas procuraram implementar ainda mais a sua política de conquista sob a falsa bandeira dos tratados “amigáveis”. A natureza provocativa desta medida da diplomacia alemã era tão óbvia que todos os estados aos quais esta proposta foi dirigida a rejeitaram. As únicas exceções foram a Estônia e a Letônia. Já em 8 de maio de 1939, o gabinete de ministros da Letônia aceitou a proposta alemã”/“Durante as negociações anglo-franco-soviéticas em Moscou, no verão de 1939, o ministro das Relações Exteriores da Estônia, Selter, declarou que “a assistência aos estados bálticos contra a Alemanha será considerada agressão”, que eles “combaterão com todos os meios” (POSPELOV, 1960, p.171; 251).

17 “A posição do governo britânico teve uma influência significativa sobre os governos das repúblicas bálticas. Em um esforço para abrir o máximo possível as portas para a agressão alemã contra a União Soviética, o governo britânico facilitou as ações da diplomacia nazista. Em 25 de maio de 1939, em uma reunião do Comitê de Política Externa e Defesa da Duma Estatal, o Ministro das Relações Exteriores da Estônia, Selter, declarou que “a Inglaterra, em princípio, concorda com a conclusão do Pacto Germano-Estoniano”. A questão não terminou apenas com

Alemanha fazia seus próprios preparativos e contragolpes¹⁸.

O voo solitário de Rudolf Hess para a Inglaterra durante a guerra foi um evento que mesmo o governo britânico não pode negar. O que ficou no ar foram suas motivações. Os historiadores soviéticos levantam pontos de contato entre Inglaterra e Alemanha mais discretos que o de um personagem do alto escalão nazista: pessoal das embaixas e missões comerciais, como de fato ações de espionagem e contatos iniciais costumam ser estabelecidos¹⁹.

o consentimento. A bem informada revista britânica *Time and Tide* informou seus leitores que o ditador estoniano Päts “estava sob forte pressão para não recusar as propostas alemãs. Essa pressão aparentemente veio - por mais estranho que pareça - de círculos conectados ao Ministério das Relações Exteriores britânico”²⁰. “A luz desses fatos, não é surpreendente que os círculos dominantes da Estônia e da Letônia fossem hostis à proposta soviética de garantir conjuntamente a independência dos países bálticos com a Inglaterra e a França. O governo estoniano declarou à Inglaterra e à França que “considera a proposta russa como um ato hostil dirigido contra a neutralidade da Estônia”. Em 19 de junho de 1939, o enviado estoniano a Moscou, Rey, em nome de seu governo, disse ao embaixador britânico na URSS, Siids, que fornecer assistência à Estônia contra a agressão “nos forçaria a lutar até o último soldado do lado da Alemanha”. Foi assim que os governantes do Báltico entenderam sua “neutralidade”. A posição tomada pelos círculos reacionários na Estônia e na Letônia mais uma vez encontrou apoio na Inglaterra. Em resposta à declaração de Ray, Seeds lhe informou que Londres entende bem esse ponto de vista, considerando-o inteiramente justificado, e Seeds “recebeu uma diretiva do Ministério das Relações Exteriores (Ministério das Relações Exteriores Britânico - Ed.) para levar em consideração a posição dos Estados Bálticos”²¹. “Assim, enquanto os governantes dos estados bálticos, escondendo-se atrás de falsas declarações de “neutralidade”, preparavam a ocupação alemã dos seus países, a diplomacia britânica demonstrou “compreensão total” da sua posição e utilizou-a para sabotar as negociações com a União Soviética, deixando claro à Alemanha de Hitler que o “corredor báltico” estava aberto a ataques à URSS” (POSPELOV, 1960, p.171-172).

18 “Os tratados “amigáveis” entre a Estônia e a Letônia e a Alemanha foram assinados em junho de 1939, no auge das negociações anglo-franco-soviéticas, o que complicou ainda mais a situação. Mesmo antes da assinatura desses tratados, a atividade militante dos representantes alemães nos países bálticos aumentou consideravelmente. Além de um grande número de especialistas militares alemães, esses países foram visitados pelo Chefe do Estado-Maior das forças terrestres alemãs, Halder, e pelo chefe da inteligência militar de Hitler, Almirante Canaris. Durante as negociações secretas com o governo estoniano, foi discutida a questão da ocupação dos países bálticos pelas tropas nazistas. O enviado italiano à Estônia, Cicconardi, relatou isso ao seu governo. O governo estoniano, salientou, para uma aproximação ainda maior com a Alemanha, está pronto a incluir nas suas fileiras representantes da “minoria alemã” que vive no país” (POSPELOV, 1960, p.171).

19 “O governo britânico, ao mesmo tempo em que sabotava as negociações com a União Soviética, dava muito mais importância às suas negociações secretas com a Alemanha, que estavam sendo conduzidas na época em Londres entre o oficial de Hitler para tarefas especialmente importantes, o proeminente especialista alemão em questões econômicas Wohlthat, o Ministro Britânico do Comércio Exterior Hudson e o confidante de Chamberlain, Wilson. Estas negociações previam uma demarcação amigável de “espaços de vida” entre a Inglaterra e a Alemanha, isto é, uma divisão do mundo entre elas; foram desenvolvidos planos para capturar novos mercados mundiais e explorar os existentes, incluindo os “mercados” da Rússia e da China; estava sendo preparado um tratado anglo-germânico de não agressão mútua, que incluiria a renúncia da Inglaterra às suas obrigações com relação à Polônia; A discussão era sobre fornecer à Alemanha de Hitler assistência econômica e financeira inglesa, incluindo um empréstimo muito grande [...]. O embaixador alemão em Londres, Dirksen, escreveu em suas memórias que Hudson contou a Wohlthat sobre o amplo campo de atividade que poderia se abrir para a Inglaterra e a Alemanha em três áreas do mundo: o Império Britânico, a China e a Rússia. Ao mesmo tempo, Hudson enfatizou que na Rússia, “uma atividade econômica adicional abrangente por parte da Alemanha” é especialmente importante. Assim, entre os territórios sujeitos à divisão, o lado inglês nomeou a China e a União Soviética, com as quais a Inglaterra negociava, naquela época, uma luta conjunta contra a agressão fascista”²². “As negociações militares anglo-germânicas já haviam começado. Em 16 de agosto, ocorreu em Berlim uma reunião entre o representante da Força

Não escondem sequer os também conhecidos encontros entre soviéticos e alemães²⁰.

Com a guerra como certa, em virtude das falsas intenções franco-britânicas, o Pacto Ribbentrop-Molotov e a ação militar soviética eram legítimos. O acordo não foi tão secreto com o *Pravda* publicando linhas demarcatórias, que incluíam o Báltico na zona soviética²¹. O título empregado pela *Istoriia* para a reabsorção da região é: “Vitória da revolução socialista no Báltico e entrada das repúblicas soviéticas da Estônia, Letônia e Lituânia na URSS” (POSPELOV, 1960, p.250). É lembrado que essas repúblicas surgiram sob a égide da revolução, como repúblicas soviéticas, em novembro de 1918 na Estônia e em dezembro na Letônia e Lituânia. Para enganar o povo, os intervencionistas e os Guardas Brancos teriam criado governos fantoches de representantes da burguesia nos territórios da Estônia, Letônia e Lituânia que ocuparam.

As repúblicas burguesas do Báltico, criadas com a ajuda de baionetas estrangeiras²², tomaram parte ativa na campanha do imperialismo internacional contra a Rússia revolucionária e, após o fracasso desta campanha, sendo dependentes da Inglaterra, França e Alemanha, desempenharam o papel de instigadoras de todos os tipos de “provocações antissoviéticas.” Enquanto isso, a URSS promovia tratados e negociações, saídas diplomáticas, pacíficas e legalistas para os problemas da região²³. Apesar de possuir direitos históricos

Aérea Britânica, Barão de Ropp, e Ribbentrop. Ropp disse: “Seria absurdo para a Alemanha e a Inglaterra se envolverem em uma luta mortal pela Polônia. O resultado só pode ser a destruição mútua das forças aéreas... enquanto a Rússia, com suas forças intactas, permanecerá o único país em uma posição favorável” (POSPELOV, 1960, p.173).

20 “Em 3 de agosto de 1939, Ribbentrop declarou a G. A. Astakhov [Encarregado de Negócios soviético em Berlim] que não havia questões insolúveis entre a URSS e a Alemanha “em toda a área do Mar Negro ao Báltico.” (POSPELOV, 1960, p.174).

21 “A única coisa que ainda podia ser feita era salvar a Ucrânia Ocidental e a Bielorrússia Ocidental, bem como o Báltico, da invasão alemã. O governo soviético obteve da Alemanha a obrigação de não cruzar a linha dos rios Pissa, Narev, Bug, Vístula e San. Assim, como o *Pravda* relatou” (POSPELOV, 1960, p.176).

22 “Entretanto, nas condições da guerra civil que havia começado e da intervenção armada estrangeira, os regimentos revolucionários letões, estonianos e lituanos e os destacamentos do jovem Exército Vermelho foram incapazes de defender a independência das repúblicas bálticas. As tropas de intervencionistas e Guardas Brancos que invadiram essas repúblicas eliminaram todas as conquistas do poder soviético pela força das armas e restauraram a ordem capitalista/... No entanto, a União Soviética, interessada em manter relações normais com os países vizinhos, reconheceu a independência das repúblicas burguesas do Báltico, estabelecendo relações diplomáticas e comerciais com elas” (POSPELOV, 1960, p.251). “O comportamento dos governos burgueses das repúblicas bálticas às vésperas da guerra mostrou que, assim como em 1919-1920, eles não queriam e não eram capazes de defender a independência e os interesses nacionais de seus povos” (POSPELOV, 1960, p.251).

23 “Em 1932, pactos de não agressão foram concluídos entre a Estônia, a Letônia e a União Soviética por iniciativa desta última. Tal acordo foi concluído com a Lituânia em 1926/. Em 1934, quando a Polônia, burguesa e proprietária de terras, assinou um acordo com a Alemanha fascista, aproximando-se dela contra a URSS e a Lituânia, o governo soviético propôs que a Inglaterra,

e a vontade das massas, a ocupação não foi intencional. Como todas as demais fronteiras retificadas em detrimento de Versalhes, numa restauração dos limites czaristas, o Báltico se insere num dominó iniciado com a agressão nazista. Nessa listagem de tratados, o ano de 1934 se destaca, pois também foi o ano do Tratado Franco-Soviético de Ajuda Mútua contra Hitler. Sua ascensão levou ao alinhamento com a fascista Polônia, e ambos os países fronteiriços, URSS e França, se aproximaram sob o governo trabalhista de Paris, enquanto o Báltico promovia a sua própria Entente. Essa não era a visão da *Istoria*²⁴. Como os futuros aliados anglo-britânicos, a diplomacia báltica seria falaciosa²⁵.

Segundo os autores, o interesse num Báltico soberano, neutro e amigável com a URSS, era uma situação tão desejável que até mesmo parte iluminada da burguesia e da imprensa internacional concordava e combatia por ela²⁶. Seus governos, cripto ou abertamente fascistas, conspirariam contra uma neutralidade real e os interesses de seus povos, ao tentar gravitar ao redor da Alemanha antes do Pacto Ribbentrop-Molotov²⁷. Tal posição seria

a França e a Alemanha fornecessem garantias coletivas à Estônia, Letônia e Lituânia. Contudo, as potências ocidentais se recusaram a fazê-lo. Ao mesmo tempo, eles encorajaram fortemente a criação da chamada “Entente Báltica” (uma aliança militar dos países bálticos), que foi formada no mesmo ano de 1934” (POSPELOV, 1960, p.251).

24 “De acordo com o plano dos imperialistas anglo-franceses, o bloco dos estados bálticos, que junto com a Estônia, Letônia e Lituânia deveria incluir também a Finlândia e a Polônia, deveria criar, junto com a “Entente Balcânica”, uma frente antissoviética unida de países que faziam fronteira com a URSS e que seriam obedientes a eles. Por outro lado, a Alemanha de Hitler também procurou usar o bloco Báltico, dada sua posição estratégica vantajosa, numa tentativa de atrair esses países para sua esfera de influência” (POSPELOV, 1960, p.251).

25 “Assim, muito antes da Segunda Guerra Mundial, as repúblicas burguesas do Báltico tornaram-se moeda de troca nas mãos dos imperialistas da Europa Ocidental. Para disfarçar sua participação nos planos antissoviéticos das potências imperialistas, essas repúblicas adotaram leis de “neutralidade” em 1938” (POSPELOV, 1960, p.251).

26 “Esta única posição correta foi tomada não apenas pelas grandes massas de trabalhadores, mas também por alguns círculos burgueses na Estônia, Letônia e Lituânia, que fizeram propaganda na imprensa pela reaproximação com a União Soviética e pela aceitação de garantias coletivas das grandes potências, incluindo a URSS. A voz sóbria dessas figuras burguesas encontrou repercussão na imprensa estrangeira da época. Assim, o jornal sueco Svenska Dagbladet escreveu em 4 de junho de 1939: “Se a Holanda, sendo um país neutro, se enquadra na estrutura do tratado britânico-polonês, então os países bálticos também podem se enquadrar na estrutura do pacto anglo-russo, sem violar sua neutralidade.” O jornal inglês The Times, em sua edição de 1º de agosto de 1939, por sua vez, destacou: “Quem olha o mapa do Mar Báltico não pode duvidar de que o interesse da Rússia na independência e neutralidade dos estados bálticos não era menor do que o nosso na Holanda””/“Tal união garantiria tanto a independência das repúblicas bálticas quanto a segurança das fronteiras noroeste da URSS (POSPELOV, 1960, p.252; 251).

27 “Entretanto, antes do ataque da Alemanha nazista à Polônia, as demandas do povo e dos líderes burgueses individuais dos estados bálticos ainda não eram decisivas o suficiente. Os governantes pró-fascistas da Estônia, Letônia e Lituânia, embora com dificuldade, ainda conseguiram enganar seu povo com uma “neutralidade” imaginária. Por trás da tela dessa “neutralidade”, os governos dos países bálticos estavam se movendo em direção a um bloco com a Alemanha. Em agosto de 1939, a Estônia e a Letônia assinaram acordos secretos com a Alemanha sobre garantias unilaterais, e o governo lituano concordou com o rascunho alemão de um tratado secreto de 20 de setembro de 1939, segundo o qual a Lituânia aceitou o “protetorado do Reich alemão””

contrária ao interesse nacional, num momento em que este despertava nas massas, que percebiam a queda da vizinha Polônia e a necessidade de uma aliança com a URSS. O que aguçou as “contradições internas”²⁸, segundo a retórica marxista oficial. Seus governos, em decorrência dessa condição, foram “forçados” a assinar os acordos de setembro e outubro de 1939 com a URSS. Ao citar os termos do tratado, a *Istoria* prefere indicar que a transferência de território da Bielorrússia Ocidental, anteriormente polonesa e agora sob controle soviético desde 16 de setembro, com a guerra, para a Lituânia, se deu por desinteresse e pela amizade entre os povos²⁹. E não como parte do acordo: a URSS cedeu essas áreas, que continham a capital histórica da Lituânia, Vilnius, em troca da posse das bases e a introdução de 20 mil soldados.

O tom legalista do acordo é ressaltado com os detalhes dos acordos, os decretos emanados do Kremlin para o controle de seu pessoal e a promessa de não intervenção³⁰. Com a retórica e não com fatos. O tratado

(POSPELOV, 1960, p.252).

28 “Essas políticas antinacionais dos governantes burgueses intensificaram as contradições internas nos países bálticos. Por um lado, a atividade de elementos fascistas aumentou, buscando tomar completamente o poder e, assim, dar à Alemanha um pretexto para interferência aberta nos assuntos internos desses países. Por outro lado, a ocupação da Polônia pelas tropas nazistas e sua transformação em governadoria geral intensificou a luta das massas das repúblicas bálticas. Os Partidos Comunistas da Estônia, Letônia e Lituânia lideraram a luta dos trabalhadores por uma aliança com a URSS, contra as políticas traiçoeiras dos governos burgueses. Os governos da Estônia, Letônia e Lituânia tentaram recorrer à ajuda da Alemanha contra seus próprios povos. Mas a Alemanha, guiada pelos planos que já havia desenvolvido, recusou tal assistência naquela época. Foi nesse momento que o governo soviético, em resposta aos desejos dos povos da Estônia, Letônia e Lituânia, propôs que os governos dos países bálticos celebrassem acordos de assistência mútua. Em resposta à proposta soviética, os governos da Estônia, Letônia e Lituânia novamente recorreram à Alemanha em busca de ajuda contra seus próprios povos. Eles expressaram sua intenção de participar da guerra da Alemanha contra a URSS se tal assistência lhes fosse fornecida” (POSPELOV, 1960, p.252).

29 “Sob esses tratados, a União Soviética prometeu fornecer às repúblicas bálticas toda a assistência possível, incluindo assistência militar, em todos os casos de ameaça à sua independência de qualquer potência europeia. Para esse propósito, a URSS recebeu o direito, por acordo com os governos relevantes, de colocar suas guarnições nas repúblicas bálticas, bem como de criar bases navais e aéreas. A Estônia concedeu à União Soviética o direito de ter bases navais e vários campos de aviação nas ilhas de Ösel (Sarema), Dago (Hiiuma) e na cidade de Paldiski em regime de arrendamento. A Letônia proporcionou à URSS a oportunidade de ter bases semelhantes nas cidades de Libava (Liepāja) e Vindava (Ventspils), bem como uma base de artilharia costeira entre Ventspils e Pitrags e vários campos de aviação. A Lituânia permitiu que a URSS estacionasse pequenas guarnições de tropas soviéticas nas cidades de Vileika, Alytus, Prienai e usasse oito locais de pouso para aeronaves”/“O governo da URSS transferiu a cidade de Vilnius e a região de Vilnius, libertadas pelas tropas soviéticas durante a Campanha de Libertação, para a Lituânia gratuitamente. Somente um estado socialista, zelando pela independência nacional dos povos, poderia cometer tal ato”/“As repúblicas bálticas, por sua vez, prometeram fornecer toda a assistência possível à URSS, incluindo assistência militar, no caso de um ataque por qualquer potência europeia através de seu território, bem como do Mar Báltico. As partes contratantes concordaram em não entrar em nenhuma aliança ou participar de coligações dirigidas contra uma das partes” (POSPELOV, 1960, p.253).

30 “Acordos especiais determinaram o procedimento para a entrada de tropas soviéticas nas bases e áreas de aquartelamento fornecidas a elas no território das repúblicas bálticas, as condi-

é descrito como uma garantia de liberdade para as repúblicas. A ideia é a de que se não ocorressem traições, ele poderia ter vigorado e mantido as soberanias locais³¹. As massas teriam comemorado o acordo, que reforça seu legalismo, e também a aliança natural da URSS com os trabalhadores³². Para a assinatura dos tratados, os regimes locais fizeram reformas em seus quadros governamentais. Outros quadros poderiam promover maior resistência. Ainda assim, sua natureza fascista não teria sido alterada. E o próprio impulso para a reforma não teria partido deles, sendo uma reação da luta popular³³. Com a guerra já em andamento há alguns meses, os futuros aliados teriam se mantido na postura de levar a guerra à URSS e afastá-la de suas fronteiras³⁴. Tais atitudes teriam permitido a transferência de tropas alemãs para o Ocidente³⁵.

ções para seu fornecimento e as relações com as autoridades locais e o comando militar. Esses acordos previam a não interferência das tropas soviéticas nos assuntos internos de países amigos e que as autoridades das repúblicas bálticas auxiliassem o comando do Exército Vermelho no envio e fornecimento de tropas. A ordem do Comissário de Defesa do Povo de 25 de outubro de 1939 determinou a ordem de comportamento das tropas soviéticas e suas tarefas em relação à população local” (POSPELOV, 1960, p.253).

31 “Os tratados de assistência mútua concluídos entre a União Soviética e as repúblicas bálticas minaram as posições dos estados imperialistas nesses países e frustraram seus planos de usar o Báltico como trampolim para uma guerra antissoviética. Os trabalhadores da Estônia, Letônia e Lituânia acolheram com alegria os tratados de assistência mútua com a União Soviética, que garantiram firmemente a independência de seus países e lhes deram esperança de liberdade da interferência estrangeira” (POSPELOV, 1960, p.253).

32 “Em outubro, milhares de trabalhadores se manifestaram em Tallinn, Riga, Kaunas e outras cidades, comemorando a conclusão de acordos com a URSS. Manifestações semelhantes ocorreram quando as tropas soviéticas entraram na Estônia, Letônia e Lituânia. Os povos do Báltico exigiram que seus governos interrompessem as atividades das organizações fascistas e mudassem radicalmente sua política em relação à União Soviética. Eles exigiam a proibição da propaganda antissoviética e o estabelecimento de amplos laços comerciais e culturais com a URSS” (POSPELOV, 1960, p.253).

33 “Os líderes burgueses da Estônia, Letônia e Lituânia, em conexão com o crescimento do movimento revolucionário na cidade e no campo, foram forçados, por razões táticas, a fazer algumas mudanças na composição de seus governos. Mas a essência pró-fascista de sua política interna permaneceu a mesma. Assim, eles tentaram proibir qualquer expressão de simpatia pela União Soviética e seu exército por parte da população, e criar dificuldades no posicionamento, fornecimento e manutenção das tropas do Exército Vermelho” (POSPELOV, 1960, p.254).

34 “O governo soviético e o comando militar observaram rigorosamente os termos dos tratados e não interferiram nos assuntos internos das repúblicas bálticas. A situação na Europa que se desenvolveu após a guerra germano-polonesa exigiu atenção especial às maquinações dos imperialistas anglo-franceses e dos círculos dominantes alemães. Houve muitas razões para isso. Não é coincidência que a Frente Ocidental tenha ficado tão quieta durante setembro. No entanto, os governos da Inglaterra e da França foram excessivamente ativos em outra frente – a diplomática. Eles tentaram atrapalhar as negociações da URSS com as repúblicas bálticas e pressionaram fortemente a Alemanha a ocupar o Báltico” (POSPELOV, 1960, p.254).

35 “É preciso dizer que a Alemanha, não estando ainda pronta para uma grande guerra no Ocidente, para ganhar tempo concordou com várias negociações de bastidores com a Inglaterra e a França, sob o pretexto das quais realizou a transferência de forças para o Ocidente [!!!]. Ao mesmo tempo, levando em conta os sentimentos antissoviéticos e antirussos dos círculos dominantes da Estônia, Letônia e Lituânia, a Alemanha nazista aumentou a pressão econômica e política sobre esses países, buscando impedir uma cooperação mais estreita entre eles e a URSS” (POSPELOV, 1960, p.254).

Mas se atendia aos temores anglo-franceses, as tropas deveriam estar no Oriente, e não diante da Guerra de Mentira ou Sentada dos aliados, ou Guerra Estranha, como a *Istoria* e outros autores soviéticos (por ex., NIKOLAEV; ISRAELIAN, 1970, p.32; DEBORIN, 1977, p.57) a chamam. A menos que o Ocidente que esteja se referindo seja o Setentrional e a ação na Escandinávia.

No começo os governos bálticos, apesar de ditatoriais, latifundiários e burgueses, assinaram acordos de não-agressão com a URSS. Repentinamente, sem maiores explicações do que o impulso fascista na fronteira sul do Báltico com a queda da Polônia, tornaram-se fascistas perigosos. Que, apesar de fascistas e perigosos, concordavam com a presença de tropas soviéticas em seus quartéis e aeroportos. E assim teria ocorrido a traição argumentada³⁶. Algumas dessas ações elencadas sequer contou com o objetivo de agitar a população local contra a URSS³⁷.

Apesar da afirmação de não-intervenção soviética na região, os próprios autores revelam ameaças diante do não cumprimento dos acordos e a aproximação com a Finlândia, em plena Guerra de Inverno com a URSS³⁸, e tentativas de fuga para a área nazista de influência. O termo “não

36 “Governantes da Estônia, da Letônia e da Lituânia, incitadas por seus patronos ocidentais, começaram a sabotar os tratados com a URSS assim que foram assinados. O presidente da Duma Estatal da Estônia, Uluots, declarou: “Devemos torná-lo (o tratado com a URSS. – Ed.) o mais fluído possível.” Esta “diluição” dos tratados fez com que os governos da Estônia, Letônia e Lituânia começassem a expandir os laços econômicos com a Alemanha, subordinando as economias de seus países a ela. Ao mesmo tempo, todos os tipos de obstáculos foram colocados no caminho do desenvolvimento de laços econômicos com a União Soviética. Armas e equipamentos militares foram adquiridos na Alemanha, embora armas também pudessem ser adquiridas na URSS, que as oferecia em condições preferenciais./Em dezembro de 1939 e março de 1940, foram realizadas conferências dos ministros das Relações Exteriores da Estônia, Letônia e Lituânia. Nessas conferências, foi tomada a decisão de recriar a “Entente Báltica” sob os auspícios da Alemanha. Logo ocorreu uma reunião secreta dos chefes do estado-maior dos exércitos dos estados bálticos, na qual, na presença do adido militar alemão na Estônia, ocorreu uma troca de opiniões sobre a prontidão de combate do Exército Vermelho e sobre uma linha de conduta unificada em relação às tropas soviéticas no Báltico” (POSPELOV, 1960, p.254).

37 “Em fevereiro de 1940, o órgão impresso da “Entente Báltica” começou a ser publicado em Tallinn – a revista “Revue Baltic” em inglês, francês e alemão, em cujas páginas foi realizada propaganda antissoviética desenfreada e foram levantadas calúnias contra as tropas soviéticas estacionadas nas repúblicas bálticas. Além disso, houve casos de sequestro de militares soviéticos e sua tortura para descobrir segredos militares do estado soviético. Também foram feitas inúmeras prisões de cidadãos que serviam às tropas soviéticas, o que dificultou a execução das tarefas do Exército Vermelho de defesa conjunta da costa do Mar Báltico” (POSPELOV, 1960, p.254).

38 “O governo da URSS chamou a atenção dos governos das repúblicas bálticas para a inadmissibilidade de violar tratados com a União Soviética e alertou que, no contexto de uma situação internacional complexa, tais ações estavam repletas de consequências graves. O governo soviético expressou esperança de que os acordos concluídos fossem respeitados pelas autoridades da Estônia, Letônia e Lituânia. No entanto, esses avisos não fizeram os governantes pró-fascistas do Báltico recobrem o juízo. Suas ações antissoviéticas se tornaram especialmente provocativas durante a Guerra Soviético-Finlandesa. Na véspera da guerra, o antigo chefe do Estado-Maior da Marinha da Estônia, Varma, que era conhecido como um “especialista em Rússia”, foi nomeado para o cargo de enviado da Estônia em Helsinque. Ao mesmo tempo, um representante militar da Estônia foi enviado a Helsinque. Com a eclosão da guerra, o Estado-Maior da Estônia organizou a transferência de informações de inteligência sobre a União Soviética para a Finlândia. “Volun-

tomar juízo” também revela a desproporção do poder da URSS diante dos pequenos Estados bálticos. Os regimes locais teriam se unido aos partidos fascistas locais, mas sem bases populares amplas, e sem armas ocidentais, preparavam sua própria derrocada³⁹. Tal situação teria levado à formação das frentes nacionais formadas por progressistas, com a criação das condições para a revolução interna - isenta de atuação soviética⁴⁰, apesar desta exigir o cumprimento de demandas diante da “traição”, que incluíam o julgamento de autoridades e a reformulação dos governos locais para quadros pró-URSS⁴¹. Mesmo assim a traição teria se mantido, através da repressão aos

tários” foram enviados da Estônia e da Letônia para a Finlândia para participar de operações militares. A questão desses estados entrarem na guerra contra a URSS ao lado da Finlândia também foi discutida”/“Em março de 1940, foi realizada uma conferência oficial dos participantes da “Entente Báltica”, na qual foram tomadas decisões sobre uma cooperação mais estreita entre os países bálticos no fornecimento de assistência à Finlândia e na expansão dos laços econômicos e políticos com as potências ocidentais. Em particular, foi decidido aumentar as compras de armas da Alemanha, aumentando a exportação de matérias-primas estratégicas”(POSPELOV, 1960, p.254).

39 “Os governantes reacionários da Estônia, Letônia e Lituânia se viram isolados dos povos de seus países. Eles não ousaram usar tropas para reprimir o crescente movimento revolucionário, pois temiam que elas passassem para o lado do povo. Eles não podiam contar com apoio armado dos estados imperialistas, que estavam ocupados lutando entre si. Nessas condições, sob o pretexto de realizar uma “semana báltica” e um “festival esportivo”, os fascistas da Estônia, Letônia e Lituânia, com a conivência de seus governos, estavam se preparando para tomar o poder e pedir à Alemanha que enviasse tropas para esses países. A apresentação decisiva estava marcada para 15 de junho, dia de abertura das festividades. O massacre sangrento de participantes ativos nas frentes populares antifascistas por jovens fascistas também coincidiu com essa época. Mas a ação fascista planejada falhou” (POSPELOV, 1960, p.255).

40 “As políticas antinacionais dos governos burgueses da Estônia, Letônia e Lituânia encontraram resistência decisiva dos trabalhadores e da intelectualidade de mentalidade patriótica. Os partidos comunistas das repúblicas bálticas, que estavam na clandestinidade, iniciaram a criação de frentes antifascistas unidas de trabalhadores. Além dos partidos comunistas, essas frentes incluíam: socialistas de esquerda, sindicatos, organizações juvenis, grupos de pequenos proprietários da cidade e da aldeia, sociedades culturais, esportivas e cooperativas”/“As frentes populares antifascistas exigiam a eliminação do domínio das camarilhas pró-fascistas de Smetona, Ulmanis e Pāts, a limpeza do aparato estatal de elementos fascistas e a criação de um governo da Frente Popular. As reivindicações dos trabalhadores foram acompanhadas por manifestações políticas de massa e greves, nas quais, apesar da proibição, a esmagadora maioria da população das repúblicas participou. Uma crise revolucionária estava se formando” (POSPELOV, 1960, p.255).

41 “Em 14 de junho, o governo soviético apresentou as seguintes demandas ao governo lituano: 1. Que o Ministro do Interior, Sr. Skučas, e o chefe do departamento de polícia política, Sr. Povelaytis, sejam imediatamente levados a julgamento como autores diretos de ações provocativas contra a guarnição soviética na Lituânia. 2. Que seja imediatamente formado na Lituânia um governo capaz e pronto para garantir a implementação honesta do Tratado Soviético-Lituano de Assistência Mútua e a contenção decisiva dos inimigos do Tratado. 3. Que a livre passagem para o território lituano de unidades militares soviéticas seja imediatamente assegurada para a sua implantação nos centros mais importantes da Lituânia em números suficientes para assegurar a possibilidade de implementação do Tratado Soviético-Lituano de Assistência Mútua e para evitar ações provocativas dirigidas contra a guarnição soviética na Lituânia”/“A resposta do governo lituano era esperada para as 10h do dia 15 de junho. Uma hora antes do horário marcado, o Ministro das Relações Exteriores da Lituânia, Urbšys, transmitiu ao governo da URSS o acordo do governo lituano com as condições soviéticas. No mesmo dia, as tropas do Exército Vermelho, recebidas pelos trabalhadores, entraram no território da Lituânia. O embaixador da Letônia burguesa na Lituânia relatou ao seu governo na época: “As tropas estão se movendo em excelente ordem, observando uma disciplina muito boa, sem tocar em ninguém. “Eles estão corretos e amigáveis com a população”. Em 16 de junho, demandas semelhantes foram apresentadas aos

manifestantes pró-soviéticos, ao estabelecimento do estado de sítio diante da situação e de um “isolamento” das tropas da URSS⁴² - apesar de terem se mantido neutras.

A *Istoria* não menciona como se deu a saída dos partidos comunistas locais da clandestinidade, mas mostra como encabeçaram o processo de manifestações de massa que levaram à queda dos regimes⁴³. Diante do vácuo de poder deixado pelos ditadores, as frentes populares se adiantaram ao Legislativo e Judiciário e desmontaram as forças de segurança locais que poderiam impedir a revolução ou erigir novas ditaduras de direita⁴⁴. Os PCs não seriam brinquedos de Moscou, e nem fizeram por si sós a revolução. Trataram apenas de organizar e traduzir a vontade do povo⁴⁵. Sob sua batuta, o processo teria sido inerte e até mesmo legalista, com a adoção de atos legislativos⁴⁶

governos da Letônia e da Estônia, que também as aceitaram. Em 17 de junho de 1940, as tropas soviéticas entraram na Letônia e na Estônia” (POSPELOV, 1960, p.255).

42 “Os povos dos Estados Bálticos acolheram com satisfação a nova medida do governo soviético e saudaram calorosamente o Exército Vermelho. Entretanto, os círculos dominantes da Estônia, Letônia e Lituânia, tendo aceitado as exigências soviéticas, tentaram impedir que as massas se comunicassem com o Exército Vermelho, usando a polícia e destacamentos fascistas para esse propósito. Em 17 de junho, 2 pessoas foram mortas e 27 ficaram feridas durante uma repressão a manifestantes em Riga, causando indignação generalizada no país. No dia seguinte, os trabalhadores da Letônia saíram em um protesto vigoroso, exigindo unanimemente punição para os responsáveis pelo massacre e a renúncia do governo. Em resposta a isso, este último declarou o país em estado de sítio” (POSPELOV, 1960, p.255).

43 “Nos dias 15 e 16 de junho, trabalhadores lituanos, liderados por comunistas, saíram às ruas, exigindo o fim das políticas antipopulares do governo. Unidades militares lituanas se juntaram aos rebeldes. Na noite de 16 de junho, Smetona e seus ministros fugiram para a Alemanha nazista. Na Lituânia, foi formado um governo de Frente Popular, liderado pelo proeminente escritor progressista Justas Paleckis”/“De 19 a 21 de junho, milhares de trabalhadores se manifestaram em Riga e Tallinn, exigindo a criação de um governo da Frente Popular e a repressão aos provocadores fascistas. Os Partidos Comunistas da Letônia e da Estônia, tendo emergido da clandestinidade, lideraram o movimento revolucionário, dando-lhe um caráter organizado. Os governos burgueses, sem apoio das massas, foram forçados a renunciar. Em 20 de junho, um governo provisório democrático popular da Letônia foi formado em Riga, liderado pelo professor A. M. Kirshenshtein, que levantou o estado de sítio e permitiu a livre atividade de partidos democráticos e organizações de massa de trabalhadores. As atividades de grupos fascistas e propaganda antissoviética foram proibidas. Em 21 de junho, foi formado o governo da frente antifascista da Estônia, liderado pelo famoso poeta estoniano I. Vares” (POSPELOV, 1960, p.256).

44 “Enquanto aguardavam uma decisão dos órgãos legislativos sobre a questão da forma de Estado e da estrutura social de seus países, os governos democráticos populares da Lituânia, Letônia e Estônia inicialmente implementaram apenas algumas medidas sociais. Os antigos órgãos governamentais, policiais e de investigação política foram liquidados em todos os lugares, e todas as organizações fascistas foram dissolvidas e banidas. Comitês de trabalhadores foram criados nas empresas” (POSPELOV, 1960, p.256).

45 “A vitória da Frente Popular e a formação de governos democráticos populares na Lituânia, Letônia e Estônia foram o pré-requisito decisivo para a revolução socialista no Báltico. Para alcançar a vitória da revolução, era necessário restaurar o poder soviético, conquistado pelos trabalhadores em 1917-1918, e reprimidos por intervencionistas estrangeiros e pela burguesia nacionalista, para quebrar a máquina estatal burguesa no centro e nas regiões, para expropriar os capitalistas, para destruir a propriedade privada dos meios de produção. Os partidos comunistas da Estônia, Letônia e Lituânia apelaram ao povo para resolver esses problemas” (POSPELOV, 1960, p.256).

46 “A singularidade da revolução nos países bálticos foi que a implementação de todas as suas

das novas assembleias eleitas com o voto de todos e todas os bálticos. Assim, expressando mais do que nunca a vontade popular, em sua totalidade, a reunificação com a URSS teria sido aprovada⁴⁷. Como Estado multinacional e sem o monopólio dos meios de produção por uma elite, a União Soviética ofereceria mais liberdade ao Báltico do que o regime burguês⁴⁸. Historiadores ocidentais conservadores, como Norman Davies, teriam a ousadia de afirmar que os manifestantes não passavam de operários soviéticos, “trabalhadores escravos”, que adentraram o território báltico, no caso estoniano, mas com o argumento servindo para as demais repúblicas, para construir as bases militares soviéticas na região como parte dos acordos diplomáticos. Tal argumento parece absurdo, já que três páginas adiante o autor menciona a formação de duas divisões soviéticas com estonianos. O apoio de setores internos ao socialismo e à URSS é escamoteado, como também o caráter autoritário dos regimes locais, em prol da retórica de conquista externa contra a vontade local. O pesquisador britânico traz dados que a própria *Istoria* não exhibe, como o percentual de 92,6% de eleitores do bloco de candidatos pró-soviéticos na Estônia, a “União do Povo Trabalhador”, nas eleições de 14-15

tarefas ocorreu sem guerra civil, pacificamente, por meio de atos legislativos dos governos da Frente Popular. Guiados pelas demandas das massas, os novos governos trabalharam muito em pouco tempo para implementar as liberdades democráticas, o que garantiu a plena expressão da vontade do povo nas eleições realizadas. Durante a campanha eleitoral, todas as forças progressistas do Báltico se uniram em um bloco de trabalhadores. A alma deste bloco eram os partidos comunistas da Estônia, Letônia e Lituânia” (POSPELOV, 1960, p.256).

47 “Em 14 e 15 de julho de 1940, foram realizadas eleições para o Seimas da Letônia e Lituânia e para a Duma Estatal da Estônia, que trouxeram vitória completa aos trabalhadores desses países. Nos dias 21 e 22 de julho, nas sessões dos mais altos órgãos legislativos da Estônia, Letônia e Lituânia, os representantes do povo tomaram a decisão unânime de estabelecer o poder dos Conselhos dos Trabalhadores e incluir suas repúblicas na União Soviética. A Declaração da Duma Estatal da Estônia declarou: “Expressando a vontade livre e unida do povo trabalhador estoniano, a Duma Estatal proclama o poder soviético em todo o território da Estônia. A Estônia é proclamada uma República Socialista Soviética. De agora em diante, todo o poder na República Socialista Soviética da Estônia pertence aos trabalhadores da cidade e da vila, representados pelos Conselhos de Deputados Operários./Após essas decisões históricas, os órgãos legislativos da Estônia, Letônia e Lituânia nacionalizaram a terra, abolindo o latifúndio, e nacionalizaram a indústria./No início de agosto de 1940, a sétima sessão do Soviete Supremo da URSS, após examinar os pedidos das comissões autorizadas do Seimas da Lituânia e da Letônia, bem como da Duma Estatal da Estônia, decidiu atender ao pedido e aceitar os países bálticos na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas” (POSPELOV, 1960, p.256).

48 “Assim, sob a liderança dos partidos comunistas da Estônia, Letônia e Lituânia, os trabalhadores e camponeses desses países derrubaram as camarilhas antipopulares e estabeleceram o poder soviético. A revolução socialista venceu. A longa luta dos trabalhadores foi coroada com vitória completa; oportunidades ilimitadas de renascimento nacional e construção socialista se abriram diante deles. Um novo aparato estatal soviético foi criado, a propriedade capitalista dos meios de produção e a propriedade privada da terra foram eliminadas. A construção industrial em larga escala começou no Báltico, o desemprego desapareceu e o padrão de vida material dos trabalhadores aumentou. A revolução cultural desenvolveu-se rapidamente. As primeiras fazendas coletivas surgiram na aldeia./Já nos primeiros meses do poder soviético, sucessos significativos foram alcançados na reconstrução socialista da Estônia, Letônia e Lituânia. De semicolônias atrasadas e marginalizadas do imperialismo estrangeiro, elas se transformaram em repúblicas livres e iguais da grande União das Repúblicas Socialistas Soviéticas” (POSPELOV, 1960, p.257).

de julho, alegando que tal resultado seria obra de fraude e intimidação das tropas e agentes soviéticos infiltrados no país (DAVIES, 2011, p.822; 825; 823).

Apesar do discurso de não-intervenção, fala-se em “assistência” dos povos soviéticos, e sobretudo o russo, ecoando o nacionalismo russo reemergido com a Segunda Guerra e que se tornaria uma das constantes do país a partir de então, mais fraco sob Krushev, mais intenso sob o stalinismo tardio e Brejnev⁴⁹. A proteção das fronteiras soviéticas ganha, portanto, relevo secundário nesse relato de liberação nacional sob o Kremlin⁵⁰. Como conclusão, explica-se a formação do Distrito Militar Especial do Báltico, composto pelos 11º e 8º exércitos, com tropas de cada nacionalidade separadas, mas subordinadas ao comando distrital, ao contrário de seus navios e aviões de guerra, sob o comando da Frota Bandeira Vermelha do Báltico e das forças aéreas do distrito (POSPELOV, 1960, p.257).

Os governos e parte da população dos países Bálticos fizeram uma escolha pelo nazismo contra a possibilidade do comunismo. Essa escolha, no entanto, estava embargada pela divisão de áreas de influência entre ambos os poderes. Como todos os demais agentes, sabiam que tal status era apenas provisório e o pacto de não-agressão seria denunciado em breve. Dentro desse cenário, era interessante escapar ao máximo da presença e domínio soviéticos para estreitar laços com o nazismo e regimes fascistas como o da Finlândia, numa ponte para a Alemanha. Ao mesmo tempo, outra parcela da população escolheu o comunismo contra o nazismo. Numa sociedade com boa parcela de trabalhadores rurais (e num cenário de divisão étnica, na qual os donos da terra eram de ascendência alemã enquanto os trabalhadores volantes eram autóctones) e urbanos, num momento de conscientização de classe (a consciência de que eram trabalhadores e não burgueses ou terratenentes) e para a qual a promessa de que qualquer um e todos poderiam virar um Rockfeller era mais duvidosa do que a de um paraíso dos trabalhadores, não é de se estranhar a dimensão da agitação antifascista e pró-soviética nos três

49 “A vitória dos trabalhadores nos países bálticos foi alcançada pacificamente. Isso se tornou possível porque, na luta pelo socialismo, os trabalhadores da Estônia, Letônia e Lituânia receberam assistência fraterna e altruísta dos povos da URSS, liderados pelo grande povo russo, que os salvou da intervenção imperialista e da escravidão fascista [...]. A União Soviética reforçou a segurança de suas fronteiras a partir do noroeste, criando uma barreira contra a propagação da agressão de Hitler para o leste” (POSPELOV, 1960, p.257).

50 “A adesão da Estônia, Letônia e Lituânia à União Soviética melhorou significativamente a defesa de suas fronteiras marítimas no lado báltico. A sede e a base principal da Frota do Báltico foram transferidas de Kronstadt para o porto livre de gelo do Mar Báltico – Tallinn. A aviação naval recebeu vários aeródromos costeiros. A defesa da costa do Báltico foi fornecida por unidades de defesa costeira recém-criadas. A posse de posições importantes na costa sul do Golfo da Finlândia, combinada com os portos livres de gelo das repúblicas bálticas, proporcionou à União Soviética uma defesa confiável da costa do Báltico” (POSPELOV, 1960, p.257).

países. A posição da Alemanha sobre as zonas de influência poderia mudar bruscamente. Uma nova partilha, entregando Varsóvia à Hitler e Kovno à Stalin, foi feita logo após a invasão da Polônia. Molotov se queixou da aliança nazista com o regime fascista romeno - um Estado que deveria permanecer neutro e servir de tampão às fronteiras soviéticas segundo o Pacto Ribbentrop-Molotov. O que teria levado à decisão final nazista de atacar a URSS (KERSHAW, 2008). Apesar do tratado, as linhas poderiam mudar em busca de melhores posições para a futura guerra, e os regimes bálticos sabiam disso.

Outras fontes soviéticas

A segunda edição da *Istorria*, a *La Gran Guerra Patria de la Unión Soviética*, 1975, resumida da edição de 1970 para divulgação no estrangeiro, dispõe de apenas dois parágrafos (POSPELOV, 1975, p.40-41) para tratar da situação do Báltico. E o faz na seção *Aseguramiento de las fronteras de la URSS*. O que indica, novamente, que se trata apenas da retificação dos direitos soviéticos, de suas sagradas fronteiras que haviam sido extirpadas da pátria. A razão da reviravolta na atitude dos regimes bálticos para com a URSS após a queda da Polônia é explicada em termos marxistas: “en los Estados burgueses del Báltico se habían exacerbado las contradicciones económicas y políticas; los elementos reaccionarios intensificaron su actividad hostil”. A transição de governo é laconicamente e menos descrita em termos legalistas como “en junio de 1940 fueran derrocadas las dictaduras fascistas y formados gobiernos populares” (POSPELOV, 1975, p.41). O tom é de que o Báltico foi arrancado à URSS da mesma forma que áreas da Ucrânia e da Bielorrússia o foram em 1920 pela Polônia, e que, como estas, “passaram a ser soviéticas para sempre” (POSPELOV, 1975, p.40).

Outra edição resumida da *Istorria*, a *La Gran Guerra Patria de la Unión Soviética: 1941-45*, 1985, menciona a “traição dos interesses nacionais” e a “opressão social” como motores para as manifestações populares que derrubaram seus regimes. O título da seção já insere a questão sob a ótica da resistência popular dos povos de toda a URSS: *El pueblo y el ejército se preparan para rechazar la agresión*. O medo da utilização pelos nazistas do Báltico como uma “praça de armas”, uma fortaleza e estoque para o assalto à URSS, é expresso. Se menciona a força social dos “burgueses nacionalistas” “incitados pelas potências ocidentais”, com a afirmação explícita de que a

aliança dos países bálticos de março de 1940 era destinada a combater a URSS. Novamente se utiliza o termo “derrocados” para a queda das ditaduras locais. Apesar disso, toda a questão se resume a um único parágrafo, mais detalhado que o da edição de 1975 (ZHILIN, 1985, p.36-37).

O marechal Grechko (1985) deve à política *externa* da URSS a retomada do Báltico e demais áreas sob controle czarista, em benefício dos assuntos internos⁵¹. Apesar da expressão “externa”, os bálticos são vistos como parte da comunidade soviética. Sem citar a divisão de esferas de influência, o autor dá destaque às “exigências manifestas” nazistas sobre o Báltico e a ação antissoviética de agentes nazistas “instalados”. A URSS “teve de tomar medidas urgentes para fortalecer sua segurança no Noroeste”. O autor levou um parágrafo para explicar a situação da política externa soviética, e outro para explicar especificamente sobre o Báltico (GRECHKO, 1985, p.11).

Kulkov, Rjechevski e Tchelichev mencionam que as fronteiras soviéticas foram ameaçadas desde a Revolução, e que era necessário guarnecê-las e “reforçá-las”. A questão do Báltico, como de todos os territórios ocupados ou recuperados pela URSS, se insere em apenas um parágrafo logo após o parágrafo que legitimava tais ações como “reforço” da fronteira. O caráter voluntário da adesão báltica é realçado, com apenas a aquiescência do Kremlin diante da vontade popular, enquanto não se utiliza a mesma expressão para a Ucrânia e Bielorrússia Ocidentais, a Carélia, a Bessarábia e a Bucovina do Norte (KULKOV; RJECHESKI; TCHELICHEV, 1985, p.76), alvos de ações militares.

Riábov insere a questão báltica numa questão interna aos povos soviéticos, dos quais os bálticos fariam parte e foram apenas afastados pela contrarrevolução⁵². Apesar de mencionar o perigo representado pelos remanescentes de dois milhões de ex-soldados dos exércitos Brancos da Guerra Civil Russa de 1918-21, e de seu aliciamento por nazistas e japoneses, não os aloca no Báltico, apesar de mencionar em seus demais focos de presença (Finlândia, Polônia, Romênia, Turquia, Bulgária, Irã, Afeganistão, China) (RIÁBOV, 1983, p.34). O autor destina igualmente apenas um parágrafo para o caso.

Lebedev (1983, p.97) simplesmente ignora a troca de governos e as

51 “A política externa da União Soviética entre 1939 e 1941 também fortaleceu o socialismo no interior do país e favoreceu a causa do internacionalismo proletário. Uma situação complicada tomava forma nas fronteiras ocidentais do país” (GRECHKO, 1985, p.11).

52 “Graças à aplicação consequente da política nacional leninista reforçou-se ainda mais a amizade dos povos da URSS, a sua unidade política e moral. A reunificação dos povos ucraniano, bielo-russo e moldávio (1939), o restabelecimento do Poder Soviético nas repúblicas do Báltico (1940) e a sua incorporação voluntária na URSS, constituíram uma brilhante etapa da solução da questão das nacionalidades nas vésperas da guerra” (RIÁBOV, 1983, p.33).

revoltas e manifestações populares. Dá a impressão de um linear alinhamento das repúblicas com a URSS até a absorção em direitos iguais. Nada fala sobre a formação e de como se deu a eleição de “la Duma e las Dietas”. Não se fala em governo burguês, ditadura fascista ou terratenentes.

Na seção *Novas repúblicas e regiões ingressam na URSS*, Poliakov, Leltchuk e Protopopov (1979, p.297) usam um termo mais neutro do que as afirmações de voluntarismo. Os autores citam a crise econômica e suas consequências sobre o emprego urbano e a venda de pequenas propriedades camponesas como a causa da formação da Frente Popular antifascista. A derrubada dos regimes bálticos dever-se-ia apenas às suas ações, sem intervenção soviética. Diferentemente da *Istoria* e de Samsónov, aponta que elementos fascistas das três repúblicas planejavam a tomada do poder e com isso o convite para a ocupação por tropas nazistas. Também não afirmam que a URSS exigiu a formação de um governo antifascista, mas sim “que os políticos pró-fascistas fossem eliminados dos governos”, além de exigir que as tropas soviéticas já presentes fossem aumentadas em efetivo (POLIAKOV; LETCHUK; PROTOPOPOV, 1979, p.299) - o que não consta dos demais autores. E que parece se chocar com a afirmação do protagonismo da população local sozinha⁵³. Os autores disponibilizaram cinco parágrafos para o tema.

Deborin (1977, p.63) nomeia os estados bálticos como “repúblicas burguesas”, mas exhibe regimes bem menos interessados no avanço nazista. Diz que tais Estados eram frágeis demais para resistir a Hitler, além de enfrentarem parcelas da sociedade alinhadas ao nazismo, “hitlerófilos” afoitos após a queda da Polônia. A culpa passa dos ditadores e elites locais para o poderio nazista e inimigos internos. O “perigo iminente” de se transformarem em vassalos e postos avançados nazistas contra a URSS parece ser alheio à vontade dos dirigentes. A importância territorial também é afirmada objetivamente: “las líneas defensivas de la Unión Soviética fueron adelantadas considerablemente hacia Occidente también en esta zona. La Marina de Guerra soviética obtuvo importantes bases en la parte del Báltico que no se hielan nunca” (DEBORIN, 1977, p.64). Quanto o autor retoma o problema, o quadro muda. O Báltico se insere em “una série de problemas

53 “Os acontecimentos daqueles dias, quando o povo se encarregou por si mesmo de decidir sobre a sua sorte, ofereciam um quadro essencialmente semelhante nas três repúblicas. Por toda a parte se organizavam imponentes manifestações de trabalhadores, se desarmava a polícia e se punham em liberdade os presos políticos. Isso era uma revolução socialista. Ao fim de um mês, realizaram-se nos países do Báltico eleições parlamentares sem precedentes pelo número de eleitores que nelas participaram. A maioria esmagadora dos cidadãos votaram pelos candidatos do povo trabalhador, dos operários, camponeses e intelectuais. Os parlamentos livremente eleitos das três repúblicas proclamaram o restabelecimento do Poder Soviético” (POLIAKOV; LETCHUK; PROTOPOPOV, 1979, p.299).

internacionales candentes”. Os regimes locais eram “encabezadas por las camarillas filofascistas de Smetona, Ulmanis y Päts, siguieron dedicándose a las intrigas antisoviéticas”. A Entente do Báltico se voltava contra a URSS. Os acordos foram traídos. “La guerra entre la URSS y Finlandia alentó a los fascistas del Báltico, que soñaban con la guerra germano-soviética”. Menciona duas conferências militares secretas antissoviéticas promovidas pelos três regimes. Ulmanis, presidente da Letônia, teria pronunciado em 10 de fevereiro um discurso radiofônico motivando os militares a estarem prontos contra a URSS. Em março, Smetona, da Lituânia, participou de um congresso de uma organização fascista local, os shaulistas, os conclamando a lutar contra a URSS e os eslavos - minoria étnica na Lituânia (DEBORIN, 1977, p.97). Assegura que a presença de tropas soviéticas foi vital para a rebelião popular⁵⁴ e a reunificação. Os futuros aliados, entretanto, atacaram o processo, confiscando barcos e reservas de ouro das nações bálticas em seus territórios. Entretanto, logo após a deflagração da Operação Barbarossa, Churchill, em mensagem à Stalin, reconheceu que a anexação do Báltico enfraqueceu o avanço nazista sobre a URSS. O autor assevera que essa ação também “desempeñaron un inmenso papel en el destino de Inglaterra”: utiliza o general alemão Jodl para sustentar que tais preparativos demoveram Hitler de invadir a ilha para se concentrar no Leste. “En el curso de los acontecimientos, la URSS apareció de nuevo como una consecuente luchadora por la paz” (DEBORIN, 1977, p.99). Deborin dedicou nove parágrafos, sendo a segunda obra, atrás somente da *Istoria*, que mais se debruçou sobre a região.

Uma História do Exército Soviético (já devidamente renomeado para um status mais estatal e menos político, como Exército Vermelho, ainda em 1946) não cita o Báltico, por não ter sido uma ação militar. Mas ao tratar de Leningrado e da Finlândia oferece a perspectiva de controle de fronteiras como proteção para as “áreas vitais”, na URSS eslava: “Mas si en el Oeste la frontera estatal había sido alejada 200-250 kilómetros de los centros de importancia vital del país, sus tierras norteñas, incluida la ciudad de Lenin, cuna de la revolución, permanecía todavía bajo un gran peligro” (LOTOTSKII; ALTGOVZEN; VNOTCHENKO; LIPTSA, 1974, p.105).

Nikolaev e Israelian (1970, p.32) citam abertamente a “apremiante necesidad de crear una barrera para detener el avance ininterrumpido de los nazifascistas” diante da certeza de que “tarde o temprano Hitler atacaria”. Isso significava criar uma “Frente Oriental” com os antigos territórios czaristas perdidos após a Primeira Guerra. Aponta que de toda forma o Báltico seria

54 “La presencia del Ejército Soviético en Estonia, Letonia Y Lituania sofrenó a los gobernantes burgueses reaccionarios y filofascistas de dichos países y aseguró a sus pueblos plena libertad por expresar su voluntad” (DEBORIN, 1977, p.98).

ocupado pelos nazistas. E ele fora soviético, foi separado com violência e desejava retornar ao seio da URSS⁵⁵. Novamente utiliza-se o termo “derrocar” para a queda dos regimes locais. O autor usa dois parágrafos justificatórios e um específico sobre o Báltico.

Samsónov (s/d, p.223) replica a noção de Grechko (ou talvez tenha sido o contrário, dada a impressão de que Samsónov escreveu ainda nos anos 1960) “medidas urgentes sus medios defensivos a lo largo de toda su frontera occidental, donde había no pocos eslabones débiles”: os elos fracos eram as repúblicas do Báltico, e os meios defensivos, atrasar a penetração alemã com o controle de territórios tampões - o território báltico. A *Istoria* atribui ao zelo pela independência dos povos a transferência gratuita de Vilnius da Polônia para a Lituânia. Samsónov a atribui à conclusão dos tratados de assistência mútua com o Báltico⁵⁶. A antiguidade de seu texto pode ser indicada por essa contradição, além de terminar sua narrativa em 1963. O primeiro volume da *Istoria*, no qual exprime explicações oficiais sobre o caso báltico, é de 1960. Também vai além da *Istoria* ao afirmar que a Lituânia propôs no verão de 1940 o envio de tropas alemãs para as repúblicas. Samsónov dá a entender todo o Báltico, mas é impossível que a Lituânia estivesse a oferecer a Hitler a decisão soberana das outras repúblicas. É o único que permite inferir que a acão soviética não foi tao passiva assim: “a mediados de junio, el Gobierno soviético exigió que en Estonia, Letonia y Lituania se formaran gobiernos capaces y dispuestos a cumplir honradamente en la práctica los pactos de ayuda mutua” (SAMSÓNOV, s/d, p.225). O autor dispensa quatro parágrafos, entremeados pela ação militar na Finlândia. Assim procura lembrar que a URSS iniciou sua ação com propostas e negociações e não invasões surpresas, pacífica, e só na defesa urgente do interesse nacional agressiva, e isto cumprindo a vontade dos povos.

A segunda edição da História do Partido Comunista, de 1962, traz outra razão única para a absorção do Báltico: a ação dos elementos “muniqueses” da Inglaterra, França e Estados Unidos, que teriam tentado lançar as repúblicas bálticas numa guerra contra a URSS. Nenhuma causa econômica. Nenhuma ação nazista. A maquinação ocidental teria causado a indignação das massas locais, que impuseram aos seus governos a assinatura dos tratados de defesa mútua em setembro e outubro de 1939. Novas ações imperialistas levaram às manifestações e a mudança de governo, com vistas

55 “Los pueblos de estos países, que en 1919 fueron violentamente separados del Estado soviético con la ayuda de los imperialistas ingleses, franceses y yanquis, deseaban su reincorporación a la Unión Soviética” (NIKOLAEV; ISRAELIAN, 1970, p.33)

56 “De conformidad con el acuerdo concluido con Lituania, la Unión Soviética, le entregó su antigua capital, la ciudad y región de Vilnius que las tropas polacas habían ocupado en 1920” (SAMSÓNOVO, s/d, p.223).

à *reunificação*. “El Poder pasó a manos de las fuerzas progresistas. Se celebraron elecciones parlamentarias que, por primera vez en estos países, transcurrieron en condiciones democráticas” (PONOMARIOV, 1962, p.538). O curso do PCUS oferece um longo parágrafo sobre a Questão do Báltico.

O marechal Jukov (1970) simplesmente não menciona a situação do Báltico, e nem mesmo da Polônia, apesar de comandar o distrito militar de Kiev, e deste estar ao lado da antiga fronteira com a Polônia. Menciona apenas brevemente a Finlândia. Os generais Eremenko (s/d) e Konev (1970) não fazem um resumo do conflito até o momento em que entram em cena em suas respectivas batalhas decisivas (1942 e 1945). Portanto, não há nada sobre o Báltico ou as fronteiras antes de 1941. O general Tchuiikov (1966) faz um breve resumo do que ocorreu antes de Stalingrado, mas se inicia já no fatídico 22 de junho de 1941. Em seu outro livro (TCHUIKOV, 1980), principia com a Operação Bagration, de junho de 1944. O general Shtemenko (1985), focado em ações militares das quais participou, descreve a campanha polonesa e menciona a finlandesa, mas não a situação báltica. Gladkov (1981), em sua coletânea de biografias de generais, também faz o mesmo. Rokossovsky, que participou da reconquista da Bessarábia em 1940, é mencionado apenas a partir de 1942 (GLADKOV, 1981, p.20). O mesmo ocorreu com Sevruk (1970) e seu relato sobre marechais e jornalistas em Moscou e Stalingrado. Ieremeev (1985), apesar de escrever uma história da URSS na guerra, não menciona a Questão Báltica, bem como qualquer outra ocupação territorial soviética. Maiski (s/d), diplomata soviético, ao detalhar as negociações frustradas com os anglo-franceses e o acordo “forçoso” com a Alemanha, não menciona a divisão de esferas de influência - apesar dos indícios que a *Istoriia* oferece do evento. Samsónov (1986), ao tratar de Stalingrado, produz um resumo mínimo do desenrolar da guerra até 1942, silenciando-se sobre o tema. Rozanov (1963) inicia a partir da Operação Valquíria, o atentado contra Hitler em 1944. Em suas memórias, Ehrenburg, importante publicista, cita de relance a Finlândia, mas não o Báltico, que aparece apenas como datas durante a marcha nazista para o Leste durante a guerra (EHRENBURG, 1966, p.2). A Academia de Ciências da URSS (1985) manteve o silêncio. O próprio Stalin não menciona a ocupação. Apenas cita a região no esforço geral soviético de liberação de seu território e de seus povos do jugo alemão, já durante a Grande Guerra Patriótica⁵⁷. O Báltico não é um

57 “Camaradas: Sostenemos una guerra patria, liberadora, justa. No perseguimos como objetivo la ocupación de países ajenos, el sometimiento de pueblos extraños. Nuestro objetivo es claro y noble. Queremos liberar nuestra tierra soviética de los canallas germanofascistas. Queremos librar a nuestros hermanos ucranianos, moldavos, bielorrusos, lituanos, letones, estonianos y carelios de la vergüenza y la humillación a que los someten los miserables germanofascistas” (STALIN, 1946, p.41-42).

país distante, estrangeiro, estranho. É parte da URSS. Bezimenski, apesar da extensão de sua obra (dois volumes) e a profusão de detalhes, não toca na reconquista soviética da região.

Os manuais didáticos de história também escapam ao Báltico. Revunenkov (1969) menciona o Pacto de Não-Agressão de 1939, mas apenas meio parágrafo ao Báltico. Diz apenas que os governos locais não cumpriram os acordos com a URSS, causando indignação popular, a derrubada desses governos e a sovietação e incorporação (REVUNENKOV, 1969, p.133). Jvostov e Zubok lembram a perda dos países bálticos e afirmam o caráter fraudulento do Tratado de Brest-Litovsky mas termina sua narrativa com o fim da Grande Guerra (JVOSTOK; ZUBOV, 1961, p.224).

Considerações finais

A Guerra de Inverno entre a União Soviética e a Finlândia durou de 30 de novembro de 1939 a 13 de março de 1940. Ela se iniciou apenas um mês após a conclusão dos tratados com o Báltico, e já sob a égide da tensão e ameaças na fronteira soviético-finesa. Para os governos locais, aceitar as propostas soviéticas de pactos de auxílio mútuo aparentava ser uma saída melhor do que a guerra. Mas essa percepção pode ter mudado com os revesses militares de Stalin. O Báltico representou uma mudança na atitude de Stalin. Na Bucovina do Norte, Bessarábia e Polônia, a ação militar fora fácil e frutífera. Mas na Guerra de Inverno com a Finlândia, viu-se prestes a enfrentar uma frente comum ou tácita anglo-francesa e nazista. Uma nova guerra, que poderia ser difícil dado o cenário de pântanos e guerrilhas de caráter nacionalista étnico ofereceria uma nova oportunidade para os inimigos liberais e fascistas se unirem contra a URSS. Uma nova guerra, nesse cenário, foi descartada. E o golpe de Estado se deu de uma maneira econômica e confiável. Tratou-se da necessidade de mudança de abordagem, em vista do perigo de uma frente comum entre liberais e fascistas contra a URSS, que, em decorrência dos eventos e dos arranjos diplomáticos e políticos, se constituiria numa frente liberal e comunista contra o fascismo. Um desembarque franco-britânico no Báltico, com sua grande fronteira com a URSS, era muito mais perigoso do que numa Finlândia isolada geograficamente por istmos entre lagos e mares gélidos.

Todos os autores soviéticos mencionam a quase expedição na Guerra de Inverno. Não se formou uma frente comum liberal e comunista no caso

da Espanha. Pelo contrário, o embargo das democracias liberais à venda de armas para o governo republicano espanhol auxiliou a aliança fascista. A história das alianças na Segunda Guerra não era previsível, e menos ainda certa. O saber retrospectivo pode nos apresentar uma ação que envolvesse as democracias liberais e o fascismo como insólita. Para os atores naquele momento, no entanto, as possibilidades eram variadas, como os próprios soviéticos se esforçam em frisar, ao exibir os contatos e ações entre ambos. A historiografia ocidental procurou minimizar tais fatos, como a soviética se esforçou em se esquecer do Báltico. Tratou-se de um complicado e incerto jogo de xadrez, no qual nada afiançava que democracias liberais e democracias populares estariam do mesmo lado contra o sistema arbitrário fascista. Em julho a desestabilização dos regimes ditatoriais locais ao longo de alguns meses já provocara a eleição de novas assembleias e em agosto o Kremlin terminou a absorção.

Nunca existiu uma versão soviética concisa a respeito do processo, predominando um caleidoscópio de razões que poderiam ser preferidas por alguns autores e preteridas ou mesmo ausentes em outros. Mas a ideia de reunificação e dos direitos históricos russos sobre a área prevalecem, bem como a justificativa de domínio ou soviético ou nazista, e como proteção do núcleo da URSS do ataque nazista com a criação de zonas tampões que diminuiriam o ritmo de avanço alemão e permitiriam mais tempo e organização para uma reação. Também se impôs um silêncio sempre que possível, com a supressão dos acontecimentos no Báltico em detrimento de outros aspectos da guerra. Em quase todas as ocasiões, um assunto para notas de rodapé.

Referências bibliográficas

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DA URSS. *A Grande Guerra Pátria do povo soviético e a actualidade*. Moscou: Nauka, 1985.

BEEVOR, Antony. *Rússia: Revolução e Guerra Civil, 1917-1921*. São Paulo: Crítica, 2024.

BEZIMENSKI, L. *O militarismo alemão com/sem Hitler*. Rio de Janeiro: Saga, 1967. 2v.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

CHOMSKY, Noam. *Novas e Velhas Ordens Mundiais*. São Paulo: Scritta, 1996.

DAVIES, Norman. *Reinos desaparecidos: história de uma Europa quase esquecida*. Lisboa: Edições 70, 2016.

DEBORIN, G. *La Segunda Guerra Mundial: ensayo político-militar bajo la redacción del general mayor I. Zubkov*. Moscou: Editorial Progreso, 1977.

EHRENBURG, Ilya. *Memórias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964-66, 7v.

EREMENKO, A. *Estalinegrado: notas do Comandante em Chefe*. Lisboa: Editora Arcádia, s/d.

FIGES, Orlando. *Uma história cultural da Rússia*. Rio de Janeiro: Record, 2010.

GRECHKO, A. *Missão Libertadora das Forças Armadas Soviéticas na Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Livraria Ciência e Paz, 1985.

IEREMEEV, Leonid. *A União Soviética na II Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Revan, 1985.

JÚKOV, G. K. *Memórias e Reflexões*. Rio de Janeiro: BIBLIEX Biblioteca do Exército, 2015.

JVOSTOV, V. M.; ZUKOK, L. I. *História Contemporânea*. Rio de Janeiro: Vitória, 1961.

KENEZ, Peter. *História da União Soviética*. Lisboa: Edições 70, 2021.

KERSHAW, Alex. *Dez decisões que mudaram o mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

KONEV, I. S. *El año 45*. Moscou: Progreso, 1970.

KULKOV, E.; RJECHEVSKI, O.; TCHELICHEV, I. *A verdade e a mentira sobre a Segunda Guerra Mundial*. Lisboa: Editorial “Avante”, 1985.

LEBEDEV, N. *La URSS en la política mundial*. Moscou: Progreso, 1983.

LOTOTSKII, S.; ALTGOVZEN, M.; VNOTCHENKO, L.; LIPTSA, S. et al. *El Ejército Soviético*. Moscou: Progreso, 1974.

MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso e Análise do Discurso*. São Paulo: Parábola, 2015.

MAISKI, I. *Quién ayudó a Hitler*. Moscou: Progreso, s/d.

NIKOLAEV, I; ISRAELIAN, V. *La Segunda Guerra Mundial*. México: Allende, 1970.

POLIAKOV, L.; LETCHUK, A.; PROTOPOPOV, A. *História da Sociedade Soviética*. Moscou: Progresso, 1979.

PONOMARIOV, B (org.). *Historia del Partido Comunista de la Unión Soviética*. Moscou: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1962.

POSPELOV, P. (org.). *Istorria Velikoi Otecestvennoi Voiny Soiuz*. Moscou: Voenizdat, 1960-65. 6v.

POSPELOV, P. (org.). *La Gran Guerra Patria de la Unión Soviética*. Moscou: Progreso, 1975.

REVUNENKOV, V. *História dos Tempos Atuais*. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1969.

RIÁBOV, Vassili. *O grande feio do povo soviético e do seu exército*. Moscou: Progresso, 1983.

ROZANOV, G. *El hundimiento de la Alemania fascista*. Moscou: Editorial Progreso, 1963.

SAMSÓNOV, A. *Compendio de Historia de la URSS: desde la Gran Revolución Socialista de octubre hasta nuestros días*. Moscou: Progreso, s/d.

SAMSONOV, A. *La batalla de Stalingrado*. Moscou: Editorial Progreso, 1986.

SEVRUK, V (org.). *Moscu 1941-1942 Stalingrado: relatos de mariscales, escritores y publicitas*. Moscou: Progreso, 1970.

SHTEMENKO, S. *El Estado Mayor Central durante la Guerra*. Moscou: Editorial Progreso, 1985.

STALIN, J. *La Gran Guerra Patria de la Unión Soviética*. Moscou: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1946.

TCHUIKOV, Vasili. *A Batalha de Stalingrado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

TCHUIKOV, Vasili. *O fim do Terceiro Reich*. Moscou: Progresso, 1980.

ZHILIN, P (org.). *La Gran Guerra Patria de la Unión Soviética: 1941-1945*. Moscou: Progreso, 1985.

ZHUKOV, G. K. *Memorias y meditaciones*. Santiago: Zig-Zag, 1970.